

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	37
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	87
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	88
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	89
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	90
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	91
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.521.649
Preferenciais	0
Total	9.521.649
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	13.226.706	10.586.556
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.535.549	1.269.585
1.01.01	Caixa	215.563	199.597
1.01.01.01	Caixa	215.563	199.597
1.01.02	Aplicações de Liquidez	2.319.986	1.069.988
1.01.02.01	Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	2.319.986	1.069.988
1.02	Ativos Financeiros	10.339.934	8.956.447
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	274.061	274.507
1.02.01.01	Banco Central - Recolhimentos Obrigatórios	274.061	274.507
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	10.065.873	8.681.940
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	635.024	731.500
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.006.958	1.041.071
1.02.04.04	Operações de Crédito	7.898.320	6.269.511
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-179.418	-178.618
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	704.989	818.476
1.03	Tributos	160.985	154.356
1.03.03	Outros	160.985	154.356
1.03.03.01	Créditos Tributários	160.985	154.356
1.04	Outros Ativos	10.268	6.753
1.04.03	Outros	10.268	6.753
1.04.03.01	Outros Ativos	12.068	8.553
1.04.03.02	Provisão para Valor Recuperável de Ativos	-1.800	-1.800
1.05	Investimentos	32	32
1.05.05	Outros Investimentos	32	32
1.05.05.01	Outros Investimentos	32	32
1.06	Imobilizado	56.245	58.138
1.06.01	Imobilizado de Uso	207.288	200.623
1.06.01.01	Imobilizado de Uso	207.288	200.623
1.06.03	Depreciação Acumulada	-151.043	-142.485
1.06.03.01	Depreciação Acumulada	-151.043	-142.485
1.07	Intangível	123.693	141.245
1.07.01	Intangíveis	180.524	196.003
1.07.01.01	Intangíveis	180.524	196.003
1.07.03	Amortização Acumulada	-56.831	-54.758
1.07.03.01	Amortização Acumulada	-56.831	-54.758

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	13.226.706	10.586.556
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	11.259.093	8.853.960
2.02.01	Depósitos	11.064.517	8.476.820
2.02.01.01	Depósitos a Vista	1.522.451	988.318
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	8.171.812	5.853.358
2.02.01.03	Depósitos Interfinanceiros	0	239.032
2.02.01.04	Depósitos de Poupança	1.370.254	1.396.112
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	37.804	167.037
2.02.02.01	Captação no Mercado Aberto	37.804	167.037
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	156.772	210.103
2.02.03.01	Relação Interfinanceira	80.710	44.727
2.02.03.02	Relações Interdependência	5.496	2.308
2.02.03.03	Emissão de Títulos	12.711	149.745
2.02.03.04	Obrigações por Empréstimos no Exterior	47.748	9.193
2.02.03.05	Obrigações p/ Repasses no País - BNDES	10.107	4.130
2.03	Provisões	165.527	136.435
2.03.01	Provisão para Pagamentos a Efetuar	104.508	75.868
2.03.02	Provisão para Contingências	61.019	60.567
2.05	Outros Passivos	169.875	111.583
2.05.01	Outras Obrigações	169.875	111.583
2.07	Patrimônio Líquido	1.632.211	1.484.578
2.07.01	Capital Social Realizado	1.473.122	1.300.664
2.07.04	Reservas de Lucros	0	183.914
2.07.04.01	Reserva Legal	0	12.060
2.07.04.02	Reserva Estatutária	0	171.854
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	159.089	0
2.07.05.01	Lucros ou Prejuízos Acumulados	159.089	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	489.773	1.322.137	387.915	1.161.361
3.01.01	Operações de Crédito	434.605	1.215.973	372.444	1.099.061
3.01.02	Resultado de aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários	48.445	95.771	12.604	50.263
3.01.03	Resultado de operações de câmbio	3.512	2.883	1.022	4.664
3.01.04	Resultado das aplicações compulsórias	3.211	7.510	1.845	7.373
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-111.243	-301.059	-73.354	-214.818
3.02.01	Despesas de Captação no mercado	-106.066	-211.823	-37.457	-141.484
3.02.02	Despesas de empréstimos e repasses	-1.777	-3.859	-375	-1.658
3.02.03	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-3.400	-85.377	-35.522	-71.676
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	378.530	1.021.078	314.561	946.543
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-233.739	-661.700	-195.077	-561.550
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	36.201	103.681	34.351	97.501
3.04.03	Despesas com Pessoal	-135.822	-366.477	-114.855	-327.180
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-119.243	-344.589	-95.792	-277.059
3.04.05	Despesas Tributárias	-20.987	-62.221	-19.477	-56.983
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	16.714	49.049	12.370	35.025
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-10.602	-41.143	-11.674	-32.854
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	144.791	359.378	119.484	384.993
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-62.980	-134.490	-59.618	-168.915
3.06.01	Corrente	-53.812	-141.118	-50.535	-152.735
3.06.01.01	Provisão para Imposto de Renda	-26.498	-74.335	-27.722	-85.614
3.06.01.02	Provisão para Contribuição Social	-27.314	-66.783	-22.813	-67.121
3.06.02	Diferido	-9.168	6.628	-9.083	-16.180
3.06.02.01	Ativo Fiscal Diferido	-9.168	6.628	-9.083	-16.180
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	81.811	224.888	59.866	216.078
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	81.811	224.888	59.866	216.078
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-10.057	-32.764	-10.564	-32.781

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.10.01	Participações	-10.057	-32.764	-10.564	-32.781
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	71.754	192.124	49.302	183.297
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	7,536	20,178	5,178	19,251
3.99.01	Lucro Básico por Ação	7,536	20,178	5,178	19,251
3.99.01.01	ON	7,53588	20,1776	5,17788	19,25055

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	71.754	192.124	49.302	183.297
4.04	Resultado Abrangente do Período	71.754	192.124	49.302	183.297

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	1.326.523	2.186.455
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	477.747	493.514
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	359.378	384.993
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	118.369	108.521
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	848.776	1.692.941
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	96.475	344.680
6.01.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	25.296	-96.223
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras/Interdependência	118.034	42.248
6.01.02.04	Operações de Crédito	-1.713.057	-866.475
6.01.02.05	Outros Créditos	28.438	-14.045
6.01.02.06	Outros valores e bens	-3.514	-503
6.01.02.07	Outras obrigações	57.886	16.106
6.01.02.08	Depósitos	2.587.697	3.268.359
6.01.02.09	Obrigações por operações compromissadas	-129.232	-870.462
6.01.02.10	Recursos de L. Imobiliárias, Hipoteca, Créd. e similares	-137.034	14.469
6.01.02.11	Obrigações por repasse no país	5.976	3.847
6.01.02.12	Obrigações por empréstimos	38.496	-2.038
6.01.02.13	Impostos e contribuições sociais pagos	-126.685	-147.022
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.335	-17.057
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de uso	-7.175	-2.204
6.02.03	Aquisição no Intangível	-5.918	-24.511
6.02.04	Alienação de TVM mantidos até o vencimento	9.450	9.658
6.02.05	Baixa de Intangível	308	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-55.953	-114.997
6.03.01	Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos pagos	-55.953	-114.997
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-1.271	-4.509
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.265.964	2.049.892
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.269.585	258.419
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.535.549	2.308.311

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.300.664	171.854	12.060	0	0	0	1.484.578
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.300.664	171.854	12.060	0	0	0	1.484.578
5.04	Transações de Capital com os Sócios	172.458	-171.854	-12.060	0	-33.035	0	-44.491
5.04.01	Aumentos de Capital	172.458	-160.398	-12.060	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	-11.456	0	0	0	0	-11.456
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-33.035	0	-33.035
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	192.124	0	192.124
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	192.124	0	192.124
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.473.122	0	0	0	159.089	0	1.632.211

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.171.043	0	194.431	0	0	0	1.365.474
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.171.043	0	194.431	0	0	0	1.365.474
5.04	Transações de Capital com os Sócios	129.621	0	-194.431	0	0	0	-64.810
5.04.01	Aumentos de Capital	129.621	0	-129.621	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-64.810	0	0	0	-64.810
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	183.297	0	183.297
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	183.297	0	183.297
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.300.664	0	0	0	183.297	0	1.483.961

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	1.399.247	1.209.244
7.01.01	Intermediação Financeira	1.327.960	1.145.507
7.01.02	Prestação de Serviços	103.680	97.502
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-63.958	-51.988
7.01.04	Outras	31.565	18.223
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-264.429	-166.484
7.02.01	Captação	-211.823	-141.483
7.02.02	Obrigações por Empréstimo e Repasses	-3.859	-1.659
7.02.03	Despesas de Câmbio	-2.703	-1.486
7.02.04	Títulos e valores mobiliários	-46.044	-21.856
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-290.718	-231.028
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-18.089	-16.408
7.03.02	Serviços de Terceiros	-270.475	-218.076
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-2.154	3.456
7.04	Valor Adicionado Bruto	844.100	811.732
7.05	Retenções	-32.198	-26.289
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-32.198	-26.289
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	811.902	807.299
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	811.902	807.299
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	811.902	785.443
7.09.01	Pessoal	349.447	315.511
7.09.01.01	Remuneração Direta	262.167	236.274
7.09.01.02	Benefícios	66.686	63.999
7.09.01.03	F.G.T.S.	20.594	15.238
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	246.504	270.349
7.09.02.01	Federais	240.352	264.482
7.09.02.03	Municipais	6.152	5.867
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	23.827	16.286
7.09.03.01	Aluguéis	23.827	16.286
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	192.124	183.297
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	33.035	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	159.089	183.297

Comentário do Desempenho



BPAR
B3 LISTED

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 3T2021

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.
CNPJ/MF Nº 04.913.711/0001-08
NIRE 15300000114



Comentário do Desempenho

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. – BANPARÁ RELATÓRIO DE RESULTADOS DO 3º TRIMESTRE DE 2021

O **Banco do Estado do Pará S.A. - Banpará**, sociedade anônima de capital aberto, com ações ordinárias sob o código **BPAP3**, anuncia os resultados referentes ao **3º Trimestre de 2021**.

Informações adicionais podem ser encontradas no *site* de Relações com Investidores do Banco, ri.banpara.b.br.

Destaques 3T2021

✓ Lucro Líquido – R\$ mil

71.754

▲ 17,04% em relação ao trimestre anterior

✓ Ativo Total – R\$ mil

13.226.704

▲ 5,89% em relação ao trimestre anterior

ROA 2,08%

✓ Patrimônio Líquido – R\$ mil

1.632.211

▲ 3,47% em relação ao trimestre anterior

ROE 16,18%

✓ Índice de Eficiência

63,26%

▲ 0,25% em relação ao trimestre anterior

Como consequência do comportamento dos negócios, o Lucro Líquido do Banpará no 3º trimestre de 2021 foi de **R\$ 71.754 mil**, um aumento de 17,04% quando comparado ao resultado do 2º trimestre de 2021 e aumento de 45,54% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O Banpará encerrou o 3º trimestre de 2021 com Ativos Totais no montante de **R\$ 13.226.704 mil**, expansão de 5,89% quando comparado ao montante do 2º trimestre de 2021 e aumento de 16,30% em relação ao mesmo período do ano anterior, motivado principalmente pelo aumento das Operações de Crédito e das Aplicações Interfinanceiras em decorrência da alta liquidez do Banco.

O Banpará encerrou o 3º trimestre de 2021 com Patrimônio Líquido no montante de **R\$ 1.632.211 mil**, expansão de 3,47% quando comparado ao montante do 2º trimestre de 2021 e aumento de 9,99% em relação ao mesmo período do ano anterior, ocasionado pelo reinvestimento do resultado do período.

No 3º trimestre de 2021, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, houve um aumento de 0,25% no índice de eficiência, principalmente em função do aumento das despesas de captação no mercado.

Comentário do Desempenho

Itens Patrimoniais – R\$ mil

	3T2021	2T2021	V3M	3T2020	V12M
Ativos Totais	13.226.704	12.490.916	5,89%	11.373.088	16,30%
Op. de Crédito (Cart. de Crédito)	8.005.843	7.380.403	8,47%	6.171.570	29,72%
Apli. Interfinan. de Liquidez	2.955.010	2.799.271	5,56%	2.733.026	8,12%
Captações Totais	11.115.032	10.478.965	6,07%	9.531.842	16,61%
Patrimônio Líquido	1.632.211	1.577.462	3,47%	1.483.961	9,99%

Itens de Resultado - R\$ mil

	3T2021	2T2021	V3M	3T2020	V12M
Receitas Totais	542.687	489.377	10,89%	434.637	24,86%
Resultado Bruto da Interm. Financeira	378.531	328.741	15,15%	314.561	20,34%
Resultado Operacional	143.629	111.208	29,15%	118.843	20,86%
Margem Financeira (1)	381.931	365.701	4,44%	350.083	9,10%
EBITDA LAJIDA (2)	154.046	121.848	26,42%	128.131	20,23%
Lucro Líquido	71.754	61.305	17,04%	49.302	45,54%
Receita de Serviços (3)	36.201	34.430	5,14%	34.351	5,38%
Despesa com Provisões	3.400	36.959	-90,80%	35.522	-90,43%
Despesas Administrativas (4)	119.243	116.936	1,97%	95.792	24,48%
Margem Líquida (5)	13,43	12,94	3,79%	11,68	14,98%
Margem EBITDA (6)	28,39	24,90	14,01%	29,48	-3,71%

Índices e Medidas de Eficiência

	3T2021	2T2021	V3M	3T2020	V12M
Inadimplência (% da Carteira) (7)	1,51%	1,48%	2,02%	1,37%	10,21%
Índice de Basileia	19,72%	20,22%	-2,47%	21,60%	-8,70%
Rentabilidade sobre Ativo Total (ROA) (8)	2,08%	2,00%	4,00%	2,87%	-27,53%
Rentabilidade sobre Patrim. Líquido (ROE) (9)	16,18%	15,10%	7,15%	19,24%	-15,90%
Índice de Eficiência	63,26%	63,10%	0,25%	59,17%	6,91%
Índice de Provisão (10)	2,16%	2,80%	-22,98%	2,28%	-5,41%
Índice de Cobertura (11)	29,02%	30,00%	-3,27%	25,47%	13,94%

Comentário do Desempenho

- (1) Resultado Bruto da Intermediação Financeira + Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa.
- (2) Resultado Operacional – Equivalência Patrimonial + Depreciação/Amortização.
- (3) Prestação de Serviços + Tarifas Bancárias.
- (4) Despesas Administrativas + Outras Despesas Administrativas.
- (5) Lucro Líquido / Receita Total.
- (6) EBITDA / Receita Total.
- (7) Saldo Devedor Inadimplente do Contrato / Carteira de Crédito.
- (8) Lucro Líquido / Ativo Total (taxa anualizada).
- (9) Lucro Líquido / Patrimônio Líquido (taxa anualizada).
- (10) Provisão Constituída / Carteira de Crédito.
- (11) Receitas de Serviços + Rendas de Tarifas Bancárias / Despesas Administrativas.

Relações com Investidores

Contatos

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo

Diretora de Controle, Risco e Relações com Investidores

Contato +55 91 3348-3383/2879/2876
ri_banpara@banparanet.com.br

Comentário do Desempenho



ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA 3T2021

Comentário do Desempenho

Mensagem da Administração

Senhores Acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Estado do Pará S.A., relativo ao 3º trimestre de 2021, elaborado em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O presente documento contempla o panorama da nossa estratégia empresarial, posicionamento de mercado, perspectivas, projetos, principais iniciativas e resultados obtidos durante o trimestre em referência.

O relatório está disponível no [site de Relações com Investidores \(ri.banpara.b.br\)](http://ri.banpara.b.br), na seção “Central de Resultados”, onde também podem ser acessados os documentos referentes às Demonstrações Financeiras, notas explicativas e os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.



Banpará

Comentário do Desempenho

Principais Indicadores Macroeconômicos

Principais Indicadores (%)	3T2021	3T2020	3T2019
IPCA (acumulado em 12 meses)	10,25%	3,14%	2,89%
INPC (acumulado em 12 meses)	10,78%	3,89%	2,92%
Taxa Selic Over (a.a.) - efetiva	5,43%	1,90%	5,71%
CDI Overnight (a.a.) - efetiva	5,43%	1,90%	5,71%
Taxa de Juros TJLP - (a.a.) efetiva	4,88%	4,91%	5,95%

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil.

Ambiente Econômico

O cenário econômico internacional continua apresentando perspectivas otimistas em relação ao crescimento do PIB global em 2021, apesar da diminuição do impulso da recuperação econômica no 3º trimestre e o aumento das incertezas em razão do rumo da pandemia do Covid 19.

O Fundo Monetário Internacional (FMI), no último relatório *World Economic Outlook* (WEO)¹ publicado em outubro de 2021, reviu ligeiramente para baixo a previsão de crescimento da economia mundial para 2021 passando para 5,9%, ante 6% na previsão de julho de 2021. Já para 2022, o FMI manteve inalterada a perspectiva de crescimento de 4,9%.

O WEO também mostra que a expectativa do FMI para as economias avançadas é de 5,2% para 2021 e de 4,5% para 2022. Para os mercados emergentes e economias em desenvolvimento, a estimativa é de 6,4% em 2021 e 5,1% em 2022. Já para a Ásia emergente e em desenvolvimento a projeção é de 7,2% para 2021 e de 6,3% para 2022.

No cenário nacional, dados das Contas Nacionais, divulgados em setembro de 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o PIB da economia brasileira apresentou variação negativa de 0,1% no 2º trimestre de 2021 em relação ao trimestre imediatamente anterior (série dessazonalizada). A maior queda foi registrada pelo setor agropecuário que apresentou variação de -2,8% nesse período.

A projeção do Banco Central do Brasil (BC), publicada no Relatório de Inflação de setembro desse ano para o crescimento do PIB em 2021, ficou estável em relação à estimativa do Relatório anterior, passando de 4,6% para 4,7%.

Em relação ao nível de preços, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou no mês de setembro variação de 1,16% e ficou 0,29 ponto percentual (p.p.) acima da taxa registrada em agosto 0,87%, destaque para o grupo de Habitação que apresentou no mês setembro alta de 2,56%, em seguida os grupos de Transportes, Alimentação e Bebidas que apresentaram variação de 1,82% e 1,02%, respectivamente.

O acumulado da inflação dos últimos 12 meses foi 10,25%, contra os 9,68% nos 12 meses imediatamente anteriores. De acordo com a Pesquisa Focus realizada pelo BC, a previsão do mercado para a inflação apresentou crescimento na mediana das projeções para a variação anual do IPCA em 2021, passando de 7,58% em 03 de setembro de 2021 para 8,45% em 24 de setembro de 2021. A estimativa do mercado para a variação anual do IPCA em 2022 também apresentou aumento, passando de 3,98% para 4,12%.

No cenário regional, a expectativa da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) para o crescimento da economia do Pará mostrou-se positiva no 3º trimestre de 2021. A Fundação reviu em julho sua projeção para o crescimento real do PIB paraense em 2021 para 4,49%, ante 3,21% previsto em julho de 2021, resultado da

¹¹ *World Economic Outlook* – relatório trimestral sobre expectativas econômicas, divulgado pelo FMI.

Comentário do Desempenho

melhora nos indicadores econômicos, bem como da ampliação da mobilidade e da continuidade do processo de vacinação no Estado do Pará.

Em linha com essa expectativa, o Índice de Atividade Econômica Regional do Pará (IBCR-PA) de julho de 2021, divulgado pelo IBGE, apresentou crescimento de 1,69% em relação a julho de 2020 (série dessazonalizada), mantendo a perspectiva de retomada do crescimento da economia paraense.

A indústria paraense também apresentou resultado positivo, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE publicada em outubro de 2021, referente ao mês de agosto. A produção industrial do Pará apresentou crescimento de 7,2% em relação ao mês de julho de 2021 (série com ajuste sazonal), esse resultado garantiu ao Estado a segunda melhor posição entre os 15 Estados pesquisados.

Quanto ao comércio local, dados divulgados pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE em outubro de 2021, referente ao mês de agosto, mostram que o volume de vendas do comércio varejista da economia paraense apresentou ligeiro recuo de -0,3% em comparação com o mês de julho de 2021. Contudo, considerando o comércio varejista ampliado, que contempla, além das atividades que compõem o indicador do comércio varejista, as atividades de material de construção e veículos, motocicletas, partes e peças, o Pará apresentou crescimento de 1,3% de crescimento na mesma base de comparação. Esse resultado garantiu ao Estado do Pará a primeira posição entre as 27 unidades da federação.

No tocante à inflação, dados do IBGE de setembro de 2021 mostram que o IPCA apurado na região metropolitana de Belém, no acumulado dos últimos 12 meses, foi de 9,86%. No mês de setembro esse índice apurado no Estado apresentou variação de 1,04%.

No âmbito da gestão fiscal, o Pará apresenta bom conceito junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). De acordo com o Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2021 do Tesouro Nacional, publicado em agosto de 2021, o Estado manteve nota “B” da CAPAG (Classificação da Capacidade de Pagamento).

Análise das Operações

Ativos

Total de Ativos por Tipo - R\$ mil

	3T2021	2T2021	V3M	3T2020	V12M
Disponibilidades	215.563	176.485	22,14%	243.315	-11,41%
Aplic. Interfin. e de Liquidez	2.955.010	2.799.271	5,56%	2.733.026	8,12%
Títulos e Valores mobiliários	1.006.958	1.045.163	-3,66%	1.040.182	-3,19%
Relações Interfinanceiras	535.736	615.497	-12,96%	565.669	-5,29%
Operações de Crédito	7.725.667	7.107.654	8,70%	5.986.286	29,06%
Outros Créditos	597.533	550.062	8,63%	598.984	-0,24%
Outros Valores e Bens	10.268	10.226	0,41%	7.086	44,90%
Permanente	179.970	186.559	-3,53%	198.541	-9,35%
Total	13.226.704	12.490.916	5,89%	11.373.088	16,30%

Neste 3º trimestre de 2021, o Banpará auferiu um resultado positivo em suas Operações de Crédito, reflexo do aumento dos empréstimos, e em suas Aplicações Interfinanceiras, motivado pela sua alta liquidez. Esses indicadores contribuíram para o crescimento dos Ativo Totais, o que gerou uma expansão de 5,89% em comparação ao 2º trimestre de 2021 e aumento de 16,30% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho

Aplicações Interfinanceiras

Aplicações Financeiras - R\$ mil

	3T2021	2T2021	V3M	3T2020	V12M
Interfinanceiras de liquidez	2.955.010	2.799.271	5,56%	2.733.026	8,12%
Operações compromissadas	2.319.986	2.130.990	8,87%	2.064.996	12,35%
TVM	1.006.958	1.045.163	-3,66%	1.040.182	-3,19%
Cotas de fundo	2.523	1.862	35,50%	1.802	40,01%
Renda fixa	917.350	935.886	-1,98%	950.927	-3,53%
Compulsório Total	458.378.567	536.207.179	-14,51%	490.466.390	-6,54%

As aplicações interfinanceiras de liquidez atingiram R\$ 2,955 bilhões no 3º trimestre de 2021, com variação positiva de 5,56% na comparação trimestral e crescimento de 8,12% na comparação anual.

A variação positiva deve-se ao aumento do nível de liquidez do Banco em ambos os períodos. As cotas de fundo apresentaram um incremento de 35,50% ao longo do 1º trimestre e crescimento de 40,01% na comparação anual, devido à valorização das cotas do fundo FIP a valor de mercado.

O Compulsório total apresentou variações negativas de 6,54% no último ano e 14,51% nos últimos 03 meses, motivado principalmente pelo direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança para operações da carteira de crédito imobiliário.

Captações

Captação por Linha de Produtos - R\$ mil

	3T2021	2T2021	V3M	3T2020	V12M
Depósito à vista	1.522.451	1.261.085	20,73%	1.229.656	23,81%
Poupança	1.370.254	1.390.357	-1,45%	1.327.333	3,23%
Depósito a prazo	8.171.812	7.517.509	8,70%	6.404.793	27,59%
Depósitos interfinanceiros	0	190.682	-100,00%	237.886	-100,00%
Letras Financeiras	12.711	44.851	-71,66%	253.258	-94,98%
Compromissadas	37.804	74.480	-49,24%	78.915	-52,10%
Total	11.115.032	10.478.965	6,07%	9.531.842	16,61%

O total de captação atingiu R\$ 11,115 bilhões no 3º trimestre de 2021, representando um crescimento de 6,07% comparado ao trimestre anterior, motivado principalmente pelo aumento dos depósitos à vista e dos depósitos a prazo, respectivamente, de 20,73% e 8,70% no período.

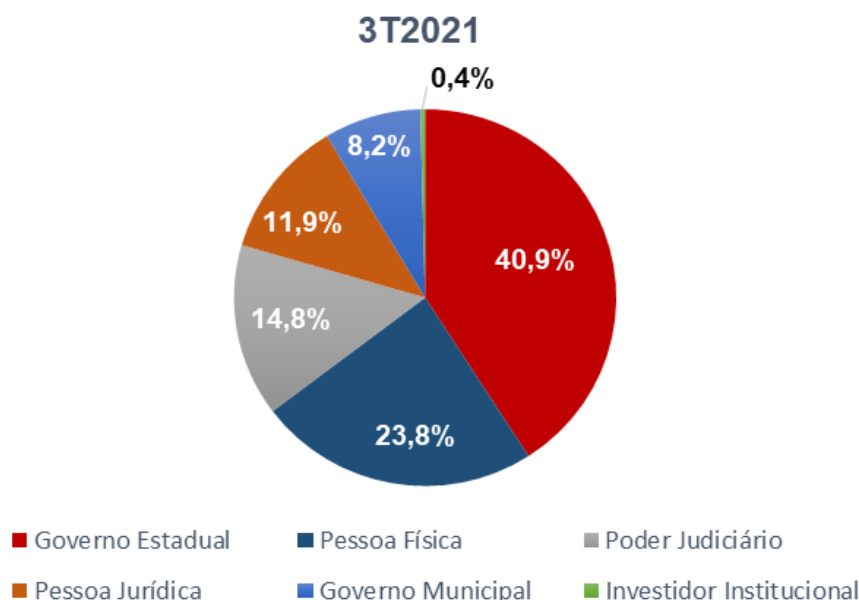
Diante da alta liquidez e da constante e ativa administração de passivos, o Banco tem executado iniciativas para a manutenção em patamares adequados do custo de *funding* e diversificação das fontes de captação, com especial destaque para as captações provenientes de fontes de varejo.

Comentário do Desempenho

Nos últimos 12 meses, destacam-se a redução nos depósitos interfinanceiros e das letras financeiras, respectivamente, de 100,00% e 94,98% no período, em razão dos vencimentos e da não renovação de algumas operações.

Em relação às obrigações por operações compromissadas, houve uma redução de 52,10% em virtude da alta liquidez e da necessidade de ajustes pontuais decorrentes do fluxo de caixa do Banco.

Captação por Tipo de Investidor (%)



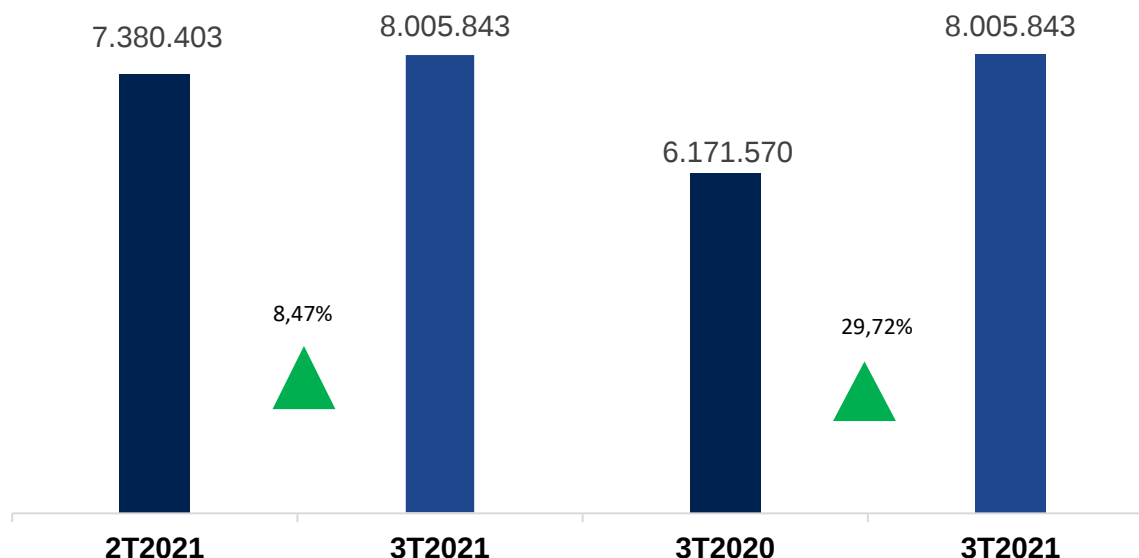
	3T2021	2T2021	3T2020
Governo Estadual	40,9%	39,7%	40,6%
Pessoa Física	23,8%	26,2%	26,9%
Poder Judiciário	14,8%	12,3%	10,5%
Pessoa Jurídica	11,9%	12,0%	11,8%
Governo Municipal	8,2%	6,9%	4,3%
Investidor Institucional	0,4%	2,9%	5,9%

A diversificação contínua das captações do Banco por tipo de investidor é uma estratégia que visa a maior inserção no mercado de varejo, pulverizando a base de clientes e redução do *ticket* médio, objetivando a melhor gestão do risco de liquidez.

No 3º trimestre de 2021, o total do *funding* atingiu R\$ 11,115 bilhões composto pelos depósitos de Governo Estadual que representam cerca de 40,9%, Pessoa Física 23,8%, Poder Judiciário 14,8%, Pessoa Jurídica 11,9%, Governo Municipal 8,2% e os de Investidor Institucional 0,4%.

Comentário do Desempenho

Créditos – R\$ Milhões



O Banpará encerrou o 3º trimestre de 2021 com Operações de Crédito no montante de R\$ 8.005.843 mil, expansão de 8,47% quando comparado ao montante do 2º trimestre de 2021, e aumento de 29,72% em relação ao mesmo período do ano anterior, motivado pelo aumento das liberações de crédito consignado.

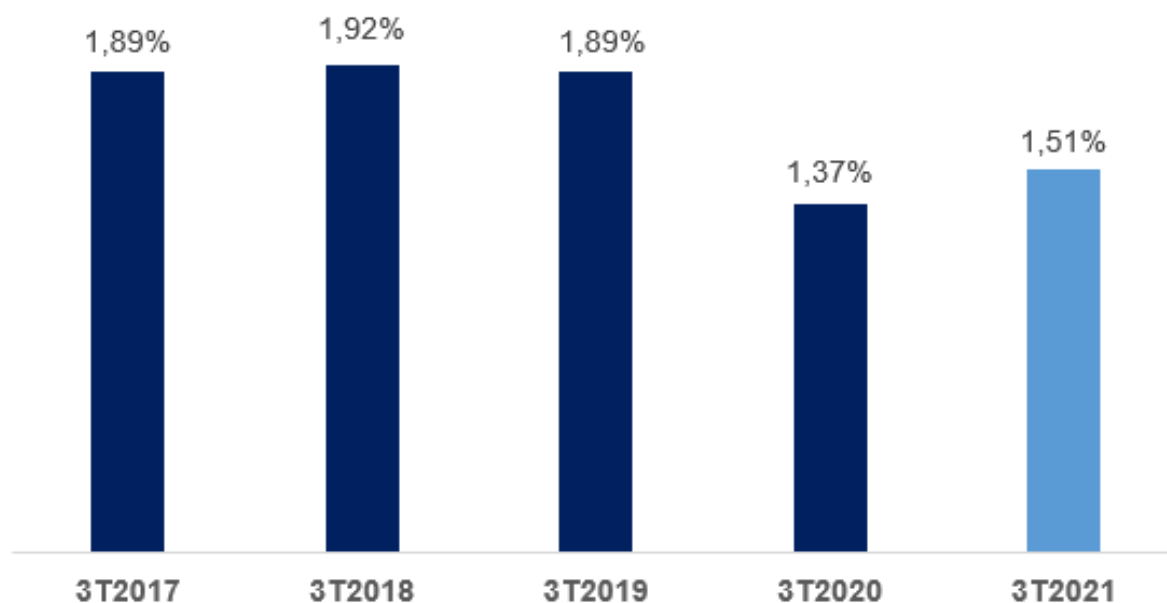
Qualidade da Carteira de Crédito por Faixa de Risco: 3T2021/3T2020

	R\$ mil					% Carteira				
	3T2021	2T2021	3T2020	V3M	V12M	3T2021	2T2021	3T2020	V3M	V12M
AA	4.655.162.674,75	1.222.594.198,70	3.116.938.427,03	74%	49%	58,15%	16,57%	50,50%	41,58%	7,64%
A	2.910.822.631,01	5.739.918.235,81	2.777.463.678,57	-97%	5%	36,36%	77,77%	45,00%	- 41,41%	- 8,65%
B	109.286.767,31	66.319.540,00	18.694.789,94	39%	485%	1,37%	0,90%	0,30%	0,47%	1,06%
C	77.066.989,91	64.316.458,42	33.766.700,82	17%	128%	0,96%	0,87%	0,55%	0,09%	0,42%
D	64.788.210,94	74.435.967,55	72.088.579,11	-15%	-10%	0,81%	1,01%	1,17%	- 0,20%	- 0,36%
E-H	188.715.451,56	212.818.964,54	152.617.486,34	-13%	24%	2,36%	2,88%	2,47%	- 0,53%	- 0,12%
TOTAL	8.005.842.725,48	7.380.403.365,02	6.171.569.661,81			100%	100%	100%		

O Banpará mantém 96,84% nas classes de risco AA - C. Em setembro utilizamos para classificação de risco dos clientes com responsabilidade igual/superior a R\$ 50 mil o novo modelo de mensuração de risco, o que possibilitou o aumento da qualificação de clientes Pessoa Física no nível de risco AA.

Comentário do Desempenho

Índices de Inadimplência – Acima de 90 dias: 3T2021/3T2020



O atraso de 91 a 360 dias atingiu o saldo de R\$ 120,50 milhões e passou a representar 1,51% do crédito total, registrando -0,02% no trimestre e 0,14% no ano.

Análise dos Resultados

Receitas

Abertura das Receitas - R\$ mil

Receitas	3T2021	2T2021	V3M	3T2020	V12M
Operações de Crédito	434.605	402.005	8,11%	372.444	16,69%
Resultado de Aplic. Interfinan. com TVM	48.445	29.367	64,97%	12.604	284,36%
Resultado das Aplicações Compulsórias	3.211	2.400	33,79%	1.845	73,99%
Resultado de Operações de Câmbio	3.512	-1.900	-284,85%	1.021	243,86%
Receita de Serviços	36.201	34.430	5,14%	34.351	5,38%
Outras Receitas Operacionais	13.582	17.719	-23,35%	10.665	27,35%
Receitas não operacionais	3.130	5.357	-41,56%	1.705	83,55%
Total	542.687	489.377	10,89%	434.637	24,86%

As receitas do Banpará aumentaram em 10,89%, quando comparada ao 2º trimestre de 2021 e 24,86% quando comparada com o mesmo período do ano anterior, influenciada, principalmente, pela variação positiva das receitas com operações de crédito, resultante do crescimento dos empréstimos e aumento do resultado dos TVM's, em virtude do aumento da liquidez do Banco.

Comentário do Desempenho

Custos e Despesas da Intermediação Financeira

Custos e Despesas - R\$ mil

	3T2021	2T2021	V3M	3T2020	V12M
Operações de Captação no Mercado	106.066	65.832	61,12%	37.457	183,17%
Operações de Empréstimos e Repasses	1.777	339	424,00%	375	374,06%
Provisão para Operações de Crédito	3.400	36.959	-90,80%	35.522	-90,43%
Total	111.243	103.130	7,87%	73.354	51,65%

Apesar da diminuição da provisão para operações de crédito, ocasionada pela melhora na qualidade da carteira de clientes, as despesas da intermediação financeira do Banpará aumentaram em 7,87% quando comparada ao 2º trimestre de 2021 e 51,65% quando comparada com o mesmo período do ano anterior, efeito, principalmente, do crescimento das despesas de captação devido ao aumento da SELIC.

Despesa com Pessoal - R\$ mil

	3T2021	2T2021	V3M	3T2020	V12M
Proventos	86.854	72.599	19,64%	71.816	20,94%
Benefícios	18.795	18.210	3,22%	17.864	5,22%
Encargos Sociais	28.325	29.225	-3,08%	23.777	19,13%
Treinamentos e Outros	1.847	1.612	14,57%	1.398	32,14%
Total	135.822	121.645	11,65%	114.855	18,26%

As despesas com pessoal do Banpará aumentaram em 11,65% quando comparada ao 2º trimestre de 2021 e 18,26% quando comparada com o mesmo período do ano anterior, consequência do plano de expansão da rede de agências e do reajuste salarial proveniente do acordo coletivo.

Outras Despesas Administrativas - R\$ mil

	3T2021	2T2021	V3M	3T2020	V12M
Serviços de Terceiros	29.621	32.113	-7,76%	28.467	4,05%
Consumo, Manutenção e Materiais	20.916	20.483	2,12%	17.822	17,36%
Sistema de Processamento de Dados	34.213	28.763	18,95%	24.422	40,09%
Aluguéis	7.786	8.223	-5,31%	5.509	41,32%
Depreciação e Amortização	10.416	10.640	-2,10%	9.288	12,15%
Propaganda e Publicidade	6.960	7.018	-0,82%	1.138	511,56%
Transporte	7.332	7.717	-4,99%	7.305	0,37%
Demais Despesas Administrativas	1.999	1.979	0,99%	1.840	8,61%
Total	119.243	116.936	1,97%	95.792	24,48%

Comentário do Desempenho

As despesas administrativas do Banpará aumentaram em 1,97% quando comparada ao 2º trimestre de 2021 que, apesar do aumento com sistemas de processamento de dados, se mantiveram sem variação expressiva; e 24,48% quando comparada com o mesmo período do ano anterior, com destaque para o aumento das despesas com aluguel, oriundo dos novos contratos e reajustes nos demais; aumento nas despesas com amortização em virtude da conclusão dos projetos relacionados com o ativo intangível do Banco e aumento das despesas com processo de dados, propaganda e publicidade.

Despesas Tributárias - R\$ mil

	3T2021	2T2021	V3M	3T2020	V12M
Contribuição ao PIS/PASEP	2.657	2.622	1,33%	2.461	7,99%
Contribuição ao COFINS	16.352	16.138	1,33%	15.143	7,99%
Imposto s/ Serviço de Qualquer Natureza - ISS	1.816	1.720	5,61%	1.716	5,83%
Outras Despesas Tributárias	161	282	-42,76%	156	3,13%
Total	20.987	20.762	1,08%	19.477	7,76%

As despesas tributárias do Banpará aumentaram em 1,08% quando comparada ao 2º trimestre de 2021 e 7,76% quando comparada com o mesmo período do ano anterior, reflexo do crescimento das receitas no mesmo período.

Outras Despesas Operacionais - R\$ mil

	3T2021	2T2021	V3M	3T2020	V12M
Provisão para Outros Créditos	486	949	-48,78%	810	-39,98%
Despesa com Ações Cíveis	1.484	295	402,43%	528	181,23%
Provisões Passivas	3.894	5.134	-24,16%	7.864	-50,49%
Descontos Conced. em Renegociações	384	198	93,66%	29	1207,49%
Ordens de Pagam. em Moeda Estrang.	1.386	1.826	-24,12%	216	542,25%
Serviços Assoc. a Trans. de Pagamento	705	678	4,06%	664	6,22%
Demais Despesas Operacionais	292	1.258	-76,76%	500	-41,54%
Total	8.631	10.339	-16,52%	10.611	-18,66%

Apesar do aumento nas despesas com ações cíveis, devido ao cumprimento das sentenças judiciais, aumento nos descontos concedidos, resultado das renegociações efetuadas e da oscilação da taxa cambial, que enseja aumento nas despesas em função de variação cambial, as despesas operacionais reduziram em 16,52% quando comparada ao 2º trimestre de 2021 e 18,66% quando comparada com o mesmo período do ano anterior, reflexo da diminuição da provisão de outros créditos, redução das provisões passivas e redução das demais despesas operacionais.

Comentário do Desempenho Rating

**STANDARD
& POOR'S**

(BB-/B)
Rating
Escala Global

(brAA+/brA-1+)
Rating
Escala Nacional

MOODY'S

(Ba2/NP)
Rating
Escala Global

(AA.br/A1.br)
Rating
Escala Nacional

As notas atribuídas ao Banpará pelas agências de classificação de risco refletem o desempenho operacional e a qualidade da administração na Companhia.

A **Standard & Poor's**, em setembro de 2021, manteve o rating do Banco em escala global e nacional, destacando como pontos positivos o histórico de forte rentabilidade e geração interna de capital, posição sólida de liquidez, bem como a estrutura de funding (captação de recursos) de varejo diversificada, estável e de baixo custo. Conforme o relatório da agência, a perspectiva do rating do Banpará permanece estável e a baixa exposição às modalidades de crédito de maior risco contribuiu para um desempenho financeiro sólido, mesmo durante períodos de crise econômica. O Banco também possui uma posição de liquidez bastante confortável, dado ao histórico de grande volume de ativos líquidos. A perspectiva estável do rating de crédito de emissor de longo prazo do Banpará indica que os ratings não devem mudar nos próximos 12 meses.

A **Moody's Investors Service**, em outubro de 2021, apresentou relatório com perspectiva estável e bem consolidada em relação ao Banpará. Os ratings do Banco refletem os fundamentos financeiros sólidos, incluindo elevada capitalização, forte geração de lucros, bem como métricas de qualidade de ativos que se beneficiam principalmente da carteira de baixo risco de créditos consignados. O Banpará financia suas operações através de uma base granular de depósitos de baixo custo, um fator importante para sua rentabilidade elevada. Em junho de 2021, a carteira de crédito do Banpará alcançou R\$ 7,4 bilhões, um crescimento de 25% nos últimos 12 meses. Nos últimos anos, o Banpará tem buscado diversificar a carteira de crédito para pequenas e médias empresas (PMEs) locais e financiamento imobiliário. Apesar da queda da rentabilidade em 2020 e no 1º semestre de 2021, devido à expansão de agências e um maior custo de crédito devido à pandemia, o índice de lucro líquido sobre ativos tangíveis se manteve forte, atingindo 1,9% no 1º semestre de 2021, acima da média de 1,5% do sistema financeiro no mesmo período.

O Banpará possui boa participação em crédito e depósito no Pará, boa qualidade de ativos como resultado da carteira de empréstimos consignados de baixo risco. A forte capitalização fornece confortável colchão para perdas enquanto o Banco explora novos negócios. Além disso, o Banpará não depende do serviço de correspondentes bancários para originação das operações, dada a extensa cobertura no estado do Pará.

Os relatórios completos das agências de rating estão disponíveis no site de Relações com Investidores (ri.banpara.b.br), bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br).

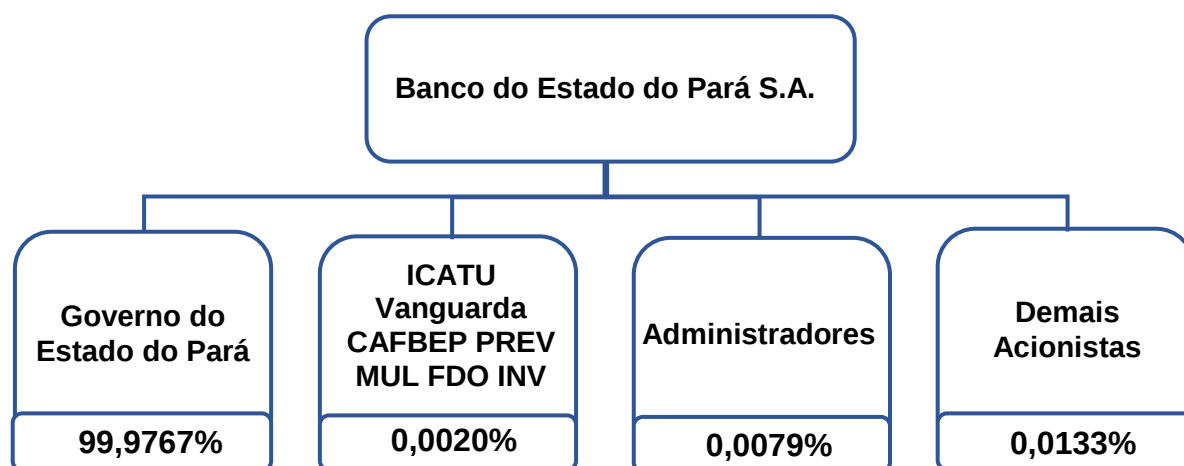
Comentário do Desempenho

Composição Acionária

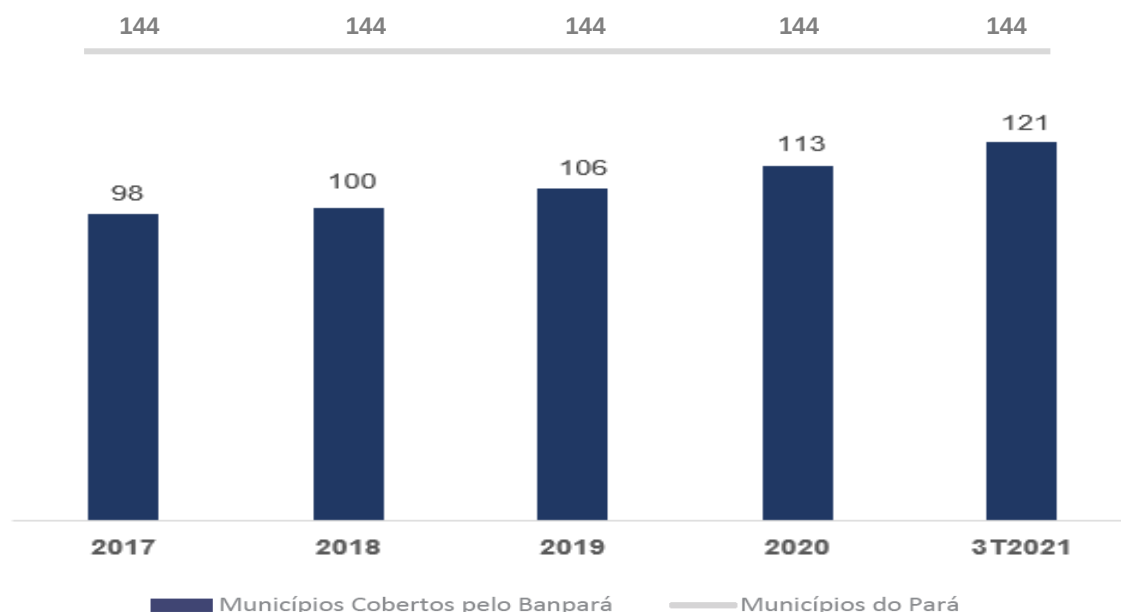
Acionista	Total	%
Estado do Pará	9.519.433	99,9767%
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,0079%
Administradores	193	0,0020%
Outros	1.268	0,0133%
Total	9.521.649	100,00%

O quadro acima indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banpará. O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado pelo total de **9.521.649** ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas domiciliadas no país e com direito a voto.

Organograma Societário



Cobertura Geográfica



Base: setembro/2021

Comentário do Desempenho Market Share

NÚMERO DE AGÊNCIAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA¹: 3T2021 e 3T2020

Região de Integração ¹	3T2021			3T2020		
	Banpará	Todos os Bancos	(%) Cobertura do Banpará	Banpará	Todos os Bancos	(%) Cobertura do Banpará
Araguaia	15	42	36%	13	42	31%
Baixo Amazonas	13	43	30%	12	45	27%
Carajás	12	53	23%	12	57	21%
Guajará ²	18	136	13%	18	141	13%
Guamá	14	38	37%	11	36	31%
Lago de Tucuruí	6	24	25%	5	23	22%
Marajó	10	19	53%	10	21	48%
Rio Caetés	12	27	44%	11	28	39%
Rio Capim	14	43	33%	11	41	27%
Tapajós	6	14	43%	5	13	38%
Tocantins	12	42	29%	12	42	29%
Xingu	8	25	32%	7	27	26%
Total	140	506	28%	127	516	25%

¹ Trata-se de agrupamento territorial dos municípios do Pará adotado oficialmente pelo Governo do Estado para gerenciamento das suas políticas públicas.

² Deste agrupamento fazem parte cinco dos sete municípios da Região Metropolitana de Belém, são eles: Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara.

Fonte: BC – Relação de Agências (base: Setembro/2021 e Setembro/2020).

MARKET SHARE EM RELAÇÃO AO MERCADO - % - NO ESTADO: 3T2021, 3T2020 E 3T2019 (Valores em R\$ mil)

	3T2021 ¹			3T2020			3T2019		
	Banpará	Pará	Market Share	Banpará	Pará	Market Share	Banpará	Pará	Market Share
Depósito a prazo	7.762.26	18.280.97	42,4%	6.404.73	16.178.01	39,5%	4.286.72	11.367.18	37,71%
Depósito à vista	1.225.98	5.916.575	20,7%	1.229.66	5.881.702	20,9%	692.620	3.373.537	20,53%
Depósito de poupança	1.398.25	14.273.31	9,80%	1.327.33	13.652.42	9,72%	989.970	10.331.04	9,58%
Operações de crédito	7.576.14	34.993.9	21,6%	6.125.23	29.036.87	21,0%	4.931.06	27.510.073	17,9%

¹ Valores com base no mês de Julho/2021.

Fonte: BC – Estban referente ao 3º trimestre de cada ano.

Investimento em Capital Humano

O Banpará, no 3º trimestre de 2021, disponibilizou 2.947 vagas em eventos de capacitação (cursos, *summits*, palestras, *webinars*, *workshops*), distribuídas entre as áreas de interesse do Banco. Foram ao todo 545 horas de conteúdo distribuídos em 38 treinamentos.

Comentário do Desempenho

Os cursos foram promovidos pela Universidade Corporativa Banpará – UniBanp, que tem como principal objetivo a capacitação e aperfeiçoamento do capital intelectual, com foco no alcance de resultados em consonância com o Planejamento Estratégico do Banco.

Desde o início desse ano a UniBanp, em parceria com diversas áreas do Banco, vem disponibilizando treinamentos *online* para atendimento das necessidades do negócio. O ensino a distância (EAD) já experimentava um crescimento constante em nossos modelos de capacitação e, considerando o cenário pandêmico do Covid19, foi necessária a intensificação dessa modalidade.

Dentre os temas disponibilizados nesse trimestre destacamos:

Curso de Segurança da Informação para todos os empregados do Banco, a fim de finalizar o Programa *Security Day* para melhor assimilação e entendimento do conteúdo. O EAD teve a adesão de mais de 2.000 empregados.

Treinamento Desenvolvendo *Times* de Alta Performance, teve como público alvo os Superintendentes, Chefes de Núcleo/Subnúcleo/Gabinete, Gerentes e Coordenadores, objetivando proporcionar aos gestores o aprendizado de técnicas que promovam a alta performance de equipes para o alcance dos objetivos estratégicos da instituição, contemplando 122 empregados treinados.

Curso de Relacionamento com os Consumidores Potencialmente Vulneráveis que capacitou 869 empregados e teve como objetivo promover o aperfeiçoamento dos padrões de qualidade e serviços do Banpará no relacionamento com os consumidores considerados potencialmente vulneráveis. Este treinamento foi destinado à Rede de Agências, *Call Center* e SAC.

Demais assuntos também foram objetos de estudo: Brigadista de Incêndio – Polo Marabá (10 empregados); Curso de *Power BI* (38 empregados) para todas as áreas da DIFIN; Derivativos de Hedge em Carteira de Crédito Bancário e Carteira de Ativos e Passivos Institucionais em Tesouraria (28 empregados) para a área financeira, risco, contabilidade, câmbio, auditoria e suas respectivas Diretorias; CIPA (17 empregados); Comunicação e Mediação de Conflitos (31 empregados) para o *Call Center*; As Contratações das Estatais em Foco (16 empregados) voltado para NUJUR, SULOC, CPL e Gab. Diretorias; 11º Congresso de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (03 empregados) direcionado para o Subnúcleo de PLD; entre outros.

Gerenciamento de Riscos Financeiros e de Capital

O Banpará no que diz respeito ao gerenciamento de risco financeiro e de capital e ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos, desenvolve suas atividades de acordo com as recomendações do Comitê de Basileia, alinhada às boas práticas de mercado e normas internas e externas, utilizando como parâmetro o contínuo aprimoramento dos processos, das políticas e dos sistemas, visando gerar informações sistematizadas que servirão de base à identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos organizacionais, em convergência aos seus objetivos estratégicos.

Para tanto o Banco possui o Núcleo de Controle Interno e de *Compliance*, responsável por assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequação, fortalecimento e funcionamento do Sistema de Controles Internos, da função do *Compliance* e da Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Anticorrupção, objetivando mitigar os riscos, bem como disseminar a cultura de controles para assegurar o cumprimento de leis e regulamentos existentes, a Superintendência de Gestão de Risco Operacional, responsável por mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas causadas por falha operacional e garantir a continuidade dos negócios e a Superintendência de Gestão de Risco Financeiro, unidade responsável por mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas relacionadas a risco financeiro e risco socioambiental, bem como realiza o

Comentário do Desempenho

gerenciamento de capital, vinculadas à Diretoria de Controle, Risco e Relações com Investidores (CRO).

Ressalta-se que a estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e o gerenciamento contínuo de capital do Banpará são compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos.

Visando alcançar a amplitude devida e as implementações de ações mitigadoras de forma tempestiva, a Superintendência de Gestão de Risco Financeiro disponibiliza aos Órgãos de Governança relatórios produzidos mensalmente e trimestralmente ou extraordinariamente em situações de exposições potenciais a riscos que necessitem de correções imediatas.

Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos instrumentos detidos pela instituição, que inclui a variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação, bem como o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

No gerenciamento do risco de mercado são realizadas a medição, monitoramento e controle das exposições dos instrumentos sujeitos aos riscos de mercado, identificação prévia dos riscos inerentes às novas atividades e instrumentos financeiros, análise tempestiva de suas adequações aos procedimentos e controles adotados, realização de testes de estresse, inclusive contemplando quebra de premissas, cujos resultados sejam considerados no estabelecimento ou revisão das políticas e limites para adequação de capital.

Risco de Liquidez

Define-se como risco de liquidez a possibilidade de uma instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Como, também, a possibilidade de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de Risco de Liquidez do Banpará é realizado com base em sua Política Institucional, onde são estabelecidas as diretrizes constituídas pelo Conselho de Administração, alinhadas à Resolução CMN nº 4.557/2017, aos princípios do Acordo de Basileia e às melhores práticas adotadas pela indústria financeira.

Esse gerenciamento é realizado em diferentes horizontes de tempo, inclusive intradia, em situações normais e de estresse, contemplando a avaliação diária das operações. Vale ressaltar, também, que eventuais impactos na condição de liquidez do Banpará são avaliados por meio de cenários prospectivos dos riscos.

Risco de Crédito

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros e aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O Banpará utiliza no processo de concessão de crédito para classificação do nível de risco de seus clientes pessoa física e jurídica, a análise objetiva, pautada em modelos

Comentário do Desempenho

internos de avaliação de risco de crédito e, caso necessário, análise subjetiva realizada pelo Núcleo de Análise ou Comitês de Crédito, conforme limites estabelecidos por alçadas decisórias.

O processo de concessão de crédito é estruturado levando-se em conta a premissa de que o risco de crédito se compõe do somatório do risco do cliente e risco da operação, adicionando-se para pessoa jurídica o risco do grupo econômico.

Na constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa – PCLD para cada operação são consideradas a avaliação e classificação do cliente/grupo econômico, a natureza e finalidade da operação, as características de garantias e a pontualidade nos pagamentos. O Banco classifica suas operações de crédito de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/1999, que define níveis crescentes de risco, os quais são AA, A, B, C, D, E, F, G ou H.

O controle e acompanhamento ocorre por meio do monitoramento de indicadores de concentração, atraso, inadimplência, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas segmentações, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira e setor de atividade, entre outros, permitindo assim, evidenciar situações de risco de crédito relevantes para implantação de controles e adequação de normas e políticas internas. Tais indicadores são devidamente reportadas aos Órgãos de Governança e demais áreas envolvidas no processo creditício.

Gerenciamento de Capital

Conforme Resolução CMN nº 4.557/2017 define-se como gerenciamento de capital o processo contínuo de avaliação, monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, necessário para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta, assim como o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

Todas as rotinas e procedimentos para o gerenciamento de capital ocorrem no estrito cumprimento dos atos normativos internos e externos, com a finalidade de atendimento dos requerimentos mínimos de capital.

O Conselho Monetário Nacional, visando à ampliação da resiliência e solidez dos Bancos, criou os “colchões” adicionais ao capital regulamentar, o Adicional de Capital Principal (ACP), que corresponde à soma das seguintes parcelas:

- Adicional contracíclico de capital principal (ACPCContracíclico), no máximo 2,5% do montante do RWA;
- O fator multiplicador do Bacen (ACCPiBRASIL) está igual a zero, portanto não impacta a posição do Banpará;
- Adicional de importância sistêmica de capital principal (ACPSistêmico), até 2% do montante do RWA;
- O Banpará não está enquadrado no Fator Anual de Importância Sistêmica – FIS, pois o Banco pertence ao segmento S3, desta forma o impacto também é zero;
- Adicional de conservação de capital principal (ACPCConservação), 1,625% do montante do RWA;
- Na base atual, para o cálculo de capital mínimo do Banpará, considera-se o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência de 8% e o ACPCConservação de 1,625%, onde a soma dos dois fatores relacionados compõem o requerimento mínimo do Índice de Basileia de 9,625%.

Para fins gerenciais, o Banpará definiu na Declaração de Apetite por Riscos o limite gerencial mínimo de 15% de Índice de Basileia-IB, o percentual abaixo desse limite (14,99%) é considerado como acionador do Plano de Contingência de Capital.

Para o 3º semestre de 2021, as posições de capital se apresentaram da seguinte forma:

Comentário do Desempenho

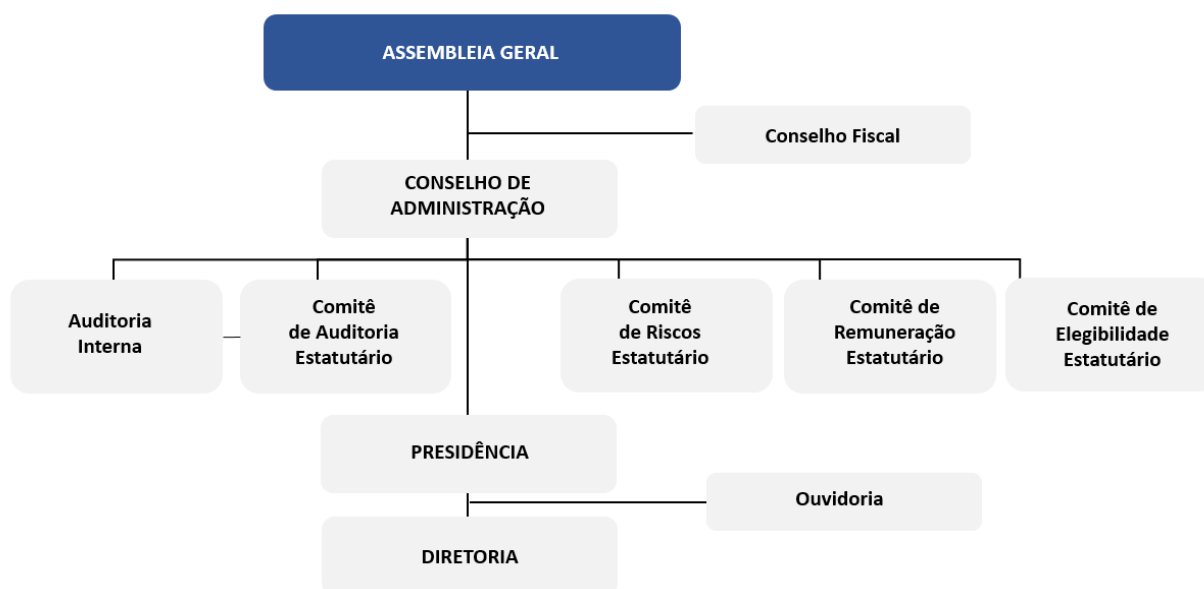
Gestão de Capital - R\$ milhões

	3T2021	2T2021	3T2020	V3M	V12M
Patrimônio de Referência	1.509	1.448	1.356	4,21%	11,28%
PR Nível I	1.509	1.448	1.356	4,21%	11,28%
PR Nível II	-	-	-	-	-
Índice de Basileia	19,72%	20,22%	21,60%	-2,47%	-8,70%

O Patrimônio de Referência - PR do Banpará atingiu no 3º trimestre de 2021 o montante de R\$ 1,509 bilhões, um aumento de 4,21% quando comparado com o 2º trimestre de 2021 e 11,28%, quando comparado com o 3T2020. A variação do PR deve-se à apuração de lucro gerado para o período. O Índice de Basileia – IB foi de 19,72% no 3º trimestre de 2021, uma redução de -2,47% em relação ao 2º trimestre de 2021 e -8,70 em relação ao 3º trimestre de 2020, devido ao crescimento em maior proporção dos Ativos Ponderados pelo Risco - RWA (6,77%, em relação ao 2º trimestre de 2021 e 29,27% em relação ao 3º trimestre 2020) em relação ao crescimento do PR, mesmo assim, o IB ficou acima do estipulado na Declaração de Apetite por Risco – RAS (15%) e do exigido pelo Bacen (9,625%), demonstrando um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos.

Informações detalhadas sobre o gerenciamento de capital, de risco de mercado, liquidez, crédito, operacional, socioambiental e *Compliance* podem ser consultadas nos relatórios de riscos disponíveis no site de Relações com Investidores/Governança Corporativa: <http://ri.banpara.b.br>.

Governança Corporativa



Assembleia Geral: órgão superior de deliberação, com competência para decidir sobre todos os negócios de interesse da instituição.

Conselho Fiscal: órgão que atua na fiscalização e controle da Administração, responsável por fiscalizar os atos dos administradores, revisar os balanços e Demonstrações Financeiras, reportando os relatórios aos acionistas, consoante a legislação societária brasileira.

Comentário do Desempenho

Conselho de Administração: órgão que fixa a orientação geral dos negócios, estabelecendo políticas e diretrizes gerais da instituição, atuando com independência e técnica. Atualmente a Companhia dispõe de 04 Comitês de assessoramento que auxiliam diretamente o Conselho de Administração, são eles: Comitê de Auditoria Estatutário; Comitê de Elegibilidade Estatutário; Comitê de Remuneração Estatutário e Comitê de Riscos Estatutário. Cada Comitê possui um Regimento Interno, o qual estabelece regras e procedimentos relativos ao funcionamento.

Comitê de Auditoria Estatutário: órgão responsável por assessorar o Conselho de Administração, com o objetivo de supervisionar as atividades da auditoria independente, da auditoria interna e dos processos de controles internos e de gestão de riscos e *Compliance*.

Comitê de Elegibilidade Estatutário: órgão responsável por assessorar o Conselho de Administração, cujo objetivo é analisar a indicação dos membros da Administração e do Conselho Fiscal, de acordo com as orientações e disposições contidas na Política Institucional de Indicação e Sucessão do Banpará.

Comitê Remuneração Estatutário: órgão responsável por assessorar o Conselho de Administração, cujo objetivo é fixar a remuneração dos administradores em consonância com as legislações vigentes e as melhores práticas de governança instituídas em âmbito nacional.

Comitê de Riscos Estatutário: órgão responsável por assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições pertinentes à gestão e controle dos riscos e do gerenciamento de capital.

Diretoria Colegiada: órgão responsável pela direção dos negócios e pela prática dos atos necessários à realização dos objetivos sociais, em conformidade com a legislação em vigor e o Estatuto Social.

Auditoria Independente: responsável por apoiar a Administração em relação à integridade das Demonstrações Financeiras, revisando as informações trimestrais e auditoria dos controles internos, de forma independência e técnica.

Auditoria Interna: vinculada diretamente ao Conselho de Administração, avalia os processos de gestão de forma independente, objetiva e criteriosa, considerando as estratégias, objetivos e riscos do negócio, de forma a agregar valor à organização e contribuir para melhoria e eficácia da estrutura de governança, gestão de riscos e controles internos, bem como para conformidade com as regulamentações internas e externas.

Controles Internos e *Compliance*

As áreas de Controles Internos e *Compliance* buscam assegurar que as atividades da instituição sejam conduzidas em um ambiente de controle adequado à legislação vigente e diretrizes internas, alinhadas às boas práticas de governança corporativa. Com foco no adequado gerenciamento dos riscos corporativos do Banpará, a gestão dos controles internos e conformidade está estruturada segundo os principais componentes do COSO (*Comitee of Sponsoring Organizations*).

Dessa forma, os riscos capazes de afetar a realização dos objetivos estratégicos e de negócios do Banco são identificados, avaliados e respondidos no contexto do apetite a

Comentário do Desempenho

riscos estabelecidos pela Diretoria Colegiada e Conselho de Administração, com o estabelecimento de atividades de controle para ajudar a assegurar, de forma adequada e oportuna, as respostas aos riscos avaliados.

O Programa de *Compliance* instituído no Banpará vem para fortalecer a cultura, alavancar os negócios e proteger a reputação do Banco. Para a eficiência do sistema de Controles Internos e *Compliance* são realizados monitoramento a partir da realização de contínuas avaliações independentes, visando resguardar a imagem, recursos e diminuir a ocorrência de perdas. As fragilidades identificadas geram planos de ação, os quais são monitorados e os *status* reportados mensalmente e trimestralmente à Diretoria Colegiada, bem como trimestralmente ao Comitê de Riscos Estatutário, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração.

Quanto à Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Financiamento ao Terrorismo (PLD/FT), com o objetivo de minimizar os riscos de utilização dos produtos e serviços na prática de atividades ilícitas, a instituição adota procedimentos internos de controle, fundamentados na Política Institucional de PLD/FT e metodologia de avaliação de risco de PLD/FT, com ferramentas de monitoramento de operações suspeitas, gestão dos procedimentos das políticas conheça seu cliente, conheça seu funcionário e conheça seu fornecedor, bem como realiza a avaliação de risco sob a ótica de PLD nos novos produtos, serviços, transações e tecnologias.

Para a efetividade dos procedimentos e controle, anualmente é realizada a avaliação dos mesmos de forma terceirizada.

Ouvidoria

Exerce relevante papel como um canal de comunicação direta com o cliente e usuário dos produtos e serviços ofertados pelo Banpará, atuando, inclusive, na mediação de conflitos, na busca de soluções e melhorias de seus processos no oferecimento de produtos e serviços, objetivando alcançar a excelência do atendimento.

A Ouvidoria do Banpará presta atendimento aos clientes e usuários, em caráter recursal, ratificando ou esclarecendo situações já demandadas no atendimento preliminar, para as quais cumpre prazo de até 10 dias úteis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.860/2020 ou de 20 dias corridos para o atendimento de assuntos relacionados à Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011.

Atua ainda, ativamente, na prevenção e mediação de conflitos, de forma imparcial e célere, com respostas claras, objetivas e conclusivas, garantindo conquistas que refletem o comprometimento do Banpará com o respeito aos direitos do consumidor, a busca constante pela excelência no atendimento e o bom relacionamento com a sociedade.

Aplica avaliação direta da qualidade do atendimento prestado aos clientes e usuários, disponibilizando a linha 0800 280 9040 (DDG) ou por meio de ligação automática para o demandante, após o envio da resposta pela Ouvidoria. A avaliação que registra notas de 1 a 5, de acordo com o nível de satisfação para a solução apresentada e pela qualidade no atendimento da Ouvidoria, os registros de avaliação são encaminhados ao BACEN, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.860/2020.

No 3º trimestre de 2021, foram analisadas 286 demandas, sendo 105 procedentes e 181 improcedentes. As demandas julgadas procedentes solucionadas são analisadas e submetidas à alta Administração do Banco, via proposições em relatórios mensais, que objetivam melhorias dos processos operacionais dos produtos e serviços do Banpará.

A atuação da Ouvidoria se dá em consonância com a Resolução CVM nº 4.860/2020; Carta Circular BC nº 3.503/2010 e Circular BC nº 3.778/2015; Instrução CVM nº 529/2012; Decreto Estadual nº 1.359/2015, que regula a Lei nº 12.527/2011 de Acesso à Informação; e o Ofício Circular nº 06/2016 da Ouvidoria Geral do Estado do Pará.

Paralelamente aos normativos citados, a Ouvidoria é signatária da Autorregulação Bancária da Febraban que, pelo SARB 022/2019 (Sistema de Autorregulação Bancária), exige das

Comentário do Desempenho

ouvidorias que ao menos 50% de suas reclamações sejam respondidas no prazo de 05 dias úteis, tendo sido atendidas no 3º trimestre de 2021 o quantitativo de 196 manifestações em até 05 dias úteis, alcançando o percentual de cumprimento do normativo em 68,5%, do total de 286 registradas.

Sustentabilidade e Ações Sociais

Nossa estratégia de gestão visa ao fortalecimento econômico, social e ambiental do Estado do Pará, com base em critérios de sustentabilidade, assegurando a inclusão e disseminação de práticas socioambientais responsáveis nas ações diretas e indiretas, dentro e fora da instituição, a fim de mitigar o risco socioambiental inerente aos negócios do Banpará, alinhados às melhores práticas de mercado.

Nossas diretrizes socioambientais estão em consonância com as normatizações dos órgãos reguladores.

Os conceitos da Política de Responsabilidade Socioambiental - PRSA do Banpará atendem à regulamentação do Conselho Monetário Nacional, constante na Resolução CMN nº 4.327/2014, no que tange às ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas.

Neste período, publicamos a PRSA nos canais de comunicação institucionais, a qual foi revisada com base nos resultados de consulta pública e nas atualizações do Normativo SARB nº 14 da Febraban. Divulgamos, igualmente, a Agenda ASG (estratégias ambientais, sociais e de governança) do Banpará. Este documento está de acordo com as melhores práticas de mercado e tem o objetivo de apontar nossas ações de sustentabilidade voltadas ao desenvolvimento econômico e social.

Da mesma forma, atualizamos nossa Política de Contribuições e Doações, normativo que direciona tais práticas no Banpará, reforçando nossa aderência às diretrizes da PRSA quanto às diligências devidas ao relacionamento com terceiros, beneficiados com as contribuições e doações oriundas do Banco.

Mantivemos o apoio aos projetos sociais da Casa do Menino Jesus, que acolhe crianças e adolescentes com câncer e outras patologias crônicas em tratamento na capital; do Espaço Nova Vida, que ajuda no tratamento ao dependente químico e iniciamos uma parceria com a Associação Ação Sorriso, que atua em prol da população de baixa renda com deficiência física e/ou mental, oferecendo cadeiras de rodas e de banho, cestas básicas e atendimento de fisioterapia no município de Itaituba-PA.

Dentre as ações internas de educação ambiental temos a entrega de canecas de louça aos empregados, visando mitigar o uso de descartáveis nas dependências do Banco. No período, foram distribuídas 41 canecas.

Realizamos coleta seletiva periódica, incentivando o descarte ambientalmente correto e ajudando a promover a sustentabilidade das cooperativas de catadores do Estado do Pará. No 3º trimestre de 2021 foram recolhidos por meio da coleta seletiva, aproximadamente, 2 toneladas de materiais recicláveis, como papel, plástico e metal. Realizamos ainda o descarte de 12 kg de pilhas e baterias no ponto autorizado da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE, localizado no Tribunal de Justiça – PA, bem como de 145 kg de vidros, destinados ao Instituto *Alachaster*, associação que promove conscientização e educação ambiental em Belém-PA.

Desenvolvimento Econômico e Social

O Banpará tem como diretriz criar valor para o Estado do Pará como Banco autossustentável, promotor do desenvolvimento econômico e social sustentável.

Nesse sentido, destacamos abaixo as seguintes linhas de crédito:

Comentário do Desempenho

FUNDO ESPERANÇA - Criado em 20 de março de 2020, pela Lei Estadual nº 9.032/2020, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 618/2020 e alterado pelo Decreto nº 1.352 /2021, com o objetivo de conceder empréstimos as pessoas físicas e jurídicas domiciliadas no Estado do Pará afetadas pelas adversidades econômicas decorrente da Pandemia Covid 19.

O Banpará é o agente financeiro do Fundo que tem sua gestão compartilhada com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Mineração – SEDEME.

As contratações, no ano de 2020, ocorreram no período de 27/03/2020 a 31/08/2020. No total foram liberados recursos na ordem de R\$154 milhões para aproximadamente 67 mil empreendedores.

Além das contratações de 2020, foi vislumbrada a necessidade de continuação do Fundo devido ao agravamento da Pandemia Covid 19 no início de 2021, desta forma, foram abertas novas contratações do programa no período de 17/03/2021 até o dia 15/06/2021, sendo liberados nesse período recursos na ordem de R\$ 135 milhões beneficiando cerca de 47 mil empreendedores, sendo que as últimas liberações do Fundo foram feitas em agosto de 2021, no valor de R\$ 1.674.400,80.

CREDCIDADÃO - Programa de microcrédito do Governo do Pará, instituído desde 2004, pela Lei Estadual nº 5.674/1991.

O Banpará é o agente financeiro do Fundo que tem sua gestão compartilhada por meio de convênio com o órgão gestor Núcleo de Gerenciamento do Programa de Microcrédito - NGPM e Secretaria de Estado de Planejamento e Administração - SEPLAD.

O Programa tem como objetivo a concessão de financiamentos a empreendimentos de micro e pequeno porte de pessoas físicas e jurídicas, buscando promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Pará, a geração de postos de trabalho e de renda e o resgate da cidadania. As contratações que ocorreram durante o 3º trimestre de 2021 totalizaram R\$ 3.637.600,00 em mais de 1.100 operações.

MICROCRÉDITO - O Banpará disponibilizou no 3º trimestre de 2021, com recursos próprios, mais de R\$ 9,7 milhões em 1.092 operações destinados a micro e pequenos negócios de pessoas físicas ou jurídicas, inclusive via linhas exclusivas a mulheres e aos mototaxistas.

As principais linhas de microcrédito com recursos próprios são “Banpará Comunidade” e “Banpará Comunidade Mototaxista” que vêm se destacando ao longo do ano de 2021, ganhando visibilidade tanto para o público interno quanto externo com ações em redes sociais, parcerias com órgãos da sociedade civil, entre outros, tendo um aumento de quase 09 vezes no volume de contratação em relação ao mesmo período de 2020.

LINHAS DESTINADAS AO CRÉDITO RURAL E DE REPASSE DO BNDES - O Banpará teve como resultado o total de R\$ 6.743.987,27 em contratações no trimestre. Os volumes financeiros correspondem a R\$ 1.258.680,00 em Crédito Rural e mais de R\$ 5.485.307,27 em operações com recursos do BNDES.

Comentário do Desempenho

Agradecimentos

As realizações alcançadas no 3º trimestre de 2021 são fruto da dedicação e esforços dos nossos empregados e colaboradores, aos quais dirigimos nosso reconhecimento e agradecimento.

Ao Governo do Estado do Pará agradecemos pelo apoio recebido e aos demais acionistas, clientes e fornecedores pela confiança em nós depositada.

Diretor-Presidente

Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva

Diretora de Controle, Risco e Relações com Investidores

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo

Diretores

Jorge Wilson Campos e Silva Antunes

Ruth Pimentel Mello

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho

Bruno Bitar Morhy

Chefe de Relações com Investidores e Governança Corporativa

Alessandra Pinkovai Pereira Monteiro

Notas Explicativas



3T2021

NOTAS EXPLICATIVAS

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado do Pará S.A. – BANPARÁ é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, cuja sede administrativa está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 251, Campina, Belém, Pará, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará. Opera na forma de Banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio. As operações são conduzidas para agregar valor à economia do Estado do Pará e tem como fonte de financiamento, além dos recursos próprios (Patrimônio Líquido), os recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais. O Banco atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Pará, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, pelos normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e nas normas aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando deliberados pelo CMN.

Os Pronunciamentos Técnicos Contábeis já deliberados pelo CMN até o momento são:

- Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1);
- Resolução CMN nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
- Resolução CMN nº 4.524/16 – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 R2);
- Resolução CMN nº 4.720/19 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);

Notas Explicativas

Resolução CMN nº 4.534/16 – Intangível (CPC 04 R1);
Resolução CMN nº 4.818/20 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
Resolução CMN nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
Resolução CMN nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
Resolução CMN nº 4.818/20 – Evento Subsequente (CPC 24);
Resolução CMN nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
Resolução CMN nº 4.535/16 – Imobilizado (CPC 27);
Resolução CMN nº 4.877/20 – Benefícios a Empregados (CPC 33 R1);
Circular BACEN nº 2/2020 – Resultado por ação (CPC 41); e
Resolução CMN nº 4.748/19 – Mensuração do Valor do Justo (CPC 46).

Foram observadas ainda, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/2019, atualizada pela Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução BCB nº 2/2020, cujo principal objetivo é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* - IFRS.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria do Banco em 05 de novembro de 2021.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável.

Desse modo, na preparação destas Demonstrações Contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; créditos tributários sobre diferenças temporárias, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao

Notas Explicativas

valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material para os próximos períodos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 7 – Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

Nota explicativa nº 9 – Determinação da vida útil econômica de alguns ativos;

Nota explicativa nº 12 (c) – Reconhecimento e mensuração de provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade de perda e das estimativas quanto aos valores prováveis de desembolsos futuros;

Nota explicativa nº 16 – Cálculo de provisões para pagamentos de obrigações com planos de previdência complementar, devido a premissas atuariais; e

Nota explicativa nº 19 (b) – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados e diferenças temporárias absorvidas em um prazo previsível, quando aplicável.

a. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis contêm registros que refletem o valor de custo amortizado das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação, que são avaliados pelo valor justo.

b. Moeda funcional

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

2.1. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente e uniforme em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Contábeis.

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.

b. Caixa e equivalente a caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na BCB nº 02 de 2020), caixa e equivalente de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e de aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias da data de aplicação e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em:

Títulos para negociação: adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor justo. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período.

Notas Explicativas

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial e no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis os valores são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos com base nas condições pactuadas com a contraparte, em contrapartida ao resultado. O registro dos “Títulos mantidos até o vencimento” em circulante e não circulante foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento.

Os rendimentos dos títulos, calculados *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados são apropriados ao resultado. O Banco, em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não possuía papéis classificados na categoria disponível para venda.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos, bem como qualquer saldo registrado de operações dessa natureza.

f. Relações interfinanceiras

Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para

Notas Explicativas

financiar as operações de rotina do Banco, assim como não estão inclusos caixas e equivalentes de caixa.

Créditos com o Fundo de Compensação de Valores Salariais (FCVS) são vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos de Compensações de Variações Salariais (CVS) pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O FCVS, criado por intermédio da Resolução CMN nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), tem como função garantir, perante os Bancos/agentes financeiros, a quitação do saldo remanescente dos contratos de financiamento imobiliário residencial decorrente do descasamento entre os índices de inflação, utilizados para corrigir monetariamente os valores dos contratos e os reajustes salariais.

Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

g. Operações de crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas, as operações de crédito encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações.

Todas as operações de crédito têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração do Banco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo) e a avaliação da Administração do Banco quanto ao nível de risco.

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização das operações de

Notas Explicativas

crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e a partir do 60º dia em rendas a apropriar, as mesmas serão apropriadas ao resultado somente quando efetivamente forem recebidas.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução CMN nº 2.682/1999, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

h. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas do CMN/BACEN, associadas a avaliações procedidas pela Administração do Banco na determinação dos riscos de crédito.

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é considerada suficiente pela Administração do Banco e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota 7.2).

i. Outros Créditos – Operações com Cartão de Crédito

Os valores a faturar estão representados por valores a receber dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras MasterCard e Bcard (bandeira própria). Estes valores são contabilizados em valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 8c).

Notas Explicativas

j. Outros valores e bens

Compostos, basicamente, por bens não destinados a uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação em pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou financiamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio de provisão por desvalorização, de acordo com as normas vigentes; e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

k. Investimentos

Os investimentos estão registrados inicialmente pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas por desvalorização, quando aplicável.

l. Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

O ativo imobilizado do Banco é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: imóveis de uso 4% ao ano; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações 10% ao ano; sistemas de transporte 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A Administração do Banco entende serem essas taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência. A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentadas na Nota 09.

m. Intangível

O intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados a manutenção do

Notas Explicativas

Banco ou exercido com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534, de 24 de novembro de 2016.

Esse grupo está representado por aquisição de *software*. São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota 09.

n. Redução ao valor recuperável de ativos (“*impairment*”)

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. Esse procedimento é realizado, no mínimo, anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

o. Depósitos e captações no mercado aberto

Depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

A composição dos papéis registrados em depósitos e captações no mercado aberto, bem como seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, estão apresentados na Nota 10.

p. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos

Notas Explicativas

futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09 e Resolução CMN nº 3.823/09, que determinam:

- Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores classificados como prováveis, são provisionados e divulgados nas notas explicativas, os valores classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidas contabilmente, apenas divulgadas em notas explicativas. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é uma obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos do Banco capazes de gerar benefícios econômicos. Os valores registrados no passivo relacionados às ações civis públicas, representados por decisões favoráveis, provisórias ou definitivas, serão mantidos pelo prazo prescricional de 5 anos do direito a execução.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias são derivadas de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas Demonstrações Contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, está apresentado na Nota 13.

Notas Explicativas

q. Tributos

As provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS/PASEP, COFINS e ISS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	25%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN Nº 4.842/2020 e CMN nº 4.192/2013, suportados por estudo de capacidade de realização.

Em virtude da publicação da Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021, que alterou a alíquota da CSLL, por se tratar de uma disposição transitória, cuja vigência da alíquota de 25% será aplicada de julho a dezembro de 2021 e que todo o efeito fiscal se compensará dentro do mesmo exercício social, bem como, da diferença prevista de CSLL do período não se mostrar relevante do ponto de vista da materialidade, optamos por não ativar a respectiva diferença de crédito tributário

r. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos por competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do Banco, são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Resolução CMN nº 4.877/2020.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco.

Notas Explicativas

Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

s. Outros ativos e passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas são integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

t. Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09, apresentada como parte integrante das Demonstrações Contábeis.

u. Resultado recorrente e não-recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banpará considera, para mensurar os resultados como não recorrentes, o período de 2 (dois) anos que antecedem e que sucedem a data base.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa tem a seguinte composição:

Contas	30.09.2021	31.12.2020
Caixa	215.563	199.597
Disponibilidades em moeda nacional	206.122	195.593
Disponibilidades em moeda estrangeira	9.441	4.004
Equivalente de Caixa	2.319.986	1.069.988
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.319.986	1.069.988
Total	2.535.549	1.269.586

O montante de R\$ 2.535.549 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 1.269.586 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90

Notas Explicativas

dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento, portanto, foram considerados como equivalentes de caixa. O aumento nas Aplicações Interfinanceiras de Liquidez é reflexo do aumento de liquidez do Banpará.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações interfinanceiras de liquidez tem a seguinte composição:

Títulos	30.09.2021	31.12.2020
Aplicações - Mercado Aberto	2.319.986	1.069.988
Posição bancada	2.319.986	1.069.988
Letras Financeiras do Tesouro	1.119.983	833.985
Letras do Tesouro Nacional	720.000	186.001
Notas do Tesouro Nacional	480.003	50.002
Aplicações - Depósitos interfinanceiros	635.024	731.500
Não ligadas vinculadas ao crédito rural	635.024	731.500
Total	2.955.010	1.801.488

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

	3º Tri 2021	30.09.2021	3º Tri 2020	30.09.2020
Posição Bancada	28.981	57.703	8.510	15.630
Posição Financiada	-	-	-	4.564
Depósitos Interfinanceiros	5.111	10.825	1.886	10.748
Total	34.092	68.528	10.396	30.942

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários.

Notas Explicativas

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a. Classificação por tipo de papel

Títulos	30.09.2021	31.12.2020
Livres	919.872	865.390
Letras Financeiras do Tesouro	845.167	781.235
CVS	72.182	82.329
Cotas de fundos de investimento em participações (a)	2.523	1.826
Vinculados a operações compromissadas	37.824	167.112
Letras Financeiras do Tesouro	37.824	167.112
Vinculados ao Banco Central	40.473	-
Letras Financeiras do Tesouro	40.473	-
Vinculados à prestação de garantia	8.789	8.569
Letras Financeiras do Tesouro	8.789	8.569
Total	1.006.958	1.041.071
Circulante	932.253	956.916
Não Circulante	74.705	84.155

(a) Objetivando promover o desenvolvimento da Amazônia, o Banco investe no Fundo de Investimento em Participações em Empresas Sustentáveis na Amazônia (FIP Amazônia), cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia proporcionando crescimento social, econômico e ambiental. O regulamento do fundo estabelece que o seu prazo de duração é de 12 anos podendo ser prorrogado por mais 3 anos.

b. Classificação por categoria e vencimento

Títulos	Meses		Anos			30.09.2021	31.12.2020
	Até 3	3 a 12	1 a 3	3 a 5	5 a 15	TOTAL	TOTAL
Títulos para negociação	-	133.405	297.668	360.503	140.677	932.253	956.916
Títulos públicos	-	133.405	297.668	360.503	140.677	932.253	956.916
Letras financeiras tesouro	-	133.405	297.668	360.503	140.677	932.253	956.916
Títulos Mantidos até o vencimento (a)	-	-	-	2.523	72.182	74.705	84.155
Títulos públicos	-	-	-	-	72.182	72.182	82.329
CVS	-	-	-	-	72.182	72.182	82.329
Títulos privados	-	-	-	2.523	-	2.523	1.826
Cotas de fundos de invest. em participações	-	-	-	2.523	-	2.523	1.826
TOTAL EM 30.09.2021	-	133.405	297.668	363.026	212.859	1.006.958	-
TOTAL EM 31.12.2020	484	184.942	173.921	408.483	273.241	-	1.041.071

(a) Não houve reclassificação entre categorias nos períodos findos em 30 de setembro de 2021 e de 31 de dezembro 2020. Em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001, o Banco declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

Notas Explicativas

c. Quanto aos ajustes de marcação a mercado

Títulos	30.09.2021		31.12.2020		30.09.2021	31.12.2020
	Custo Amortizado	Mercado	Custo Amortizado	Mercado	Ajuste	Ajuste
Para negociação	936.491	932.253	961.788	956.916	(4.238)	(4.872)
Letras financeiras do tesouro	936.491	932.253	961.788	956.916	(4.238)	(4.872)
Mantidos até o vencimento (a)	74.705	74.705	84.155	84.155	-	-
CVS	72.182	72.182	82.329	82.329	-	-
Cotas de fundos de invest. em participações	2.523	2.523	1.826	1.826	-	-

(a) Os títulos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo de aquisição e acrescidos pelos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d. Quanto aos níveis de informação na mensuração ao valor justo

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado.	Saldo		
	30.09.2021	Nível 1	Nível 2
Para negociação			
Letras financeiras do tesouro	932.253	932.253	-
Mantidos até o vencimento			
CVS	72.182	-	72.182
Cotas de fundos de invest. Em participações.	2.523	2.523	-
Total	1.006.958	934.776	72.182

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado	Saldo		
	31.12.2020	Nível 1	Nível 2
Para negociação			
Letras financeiras do tesouro	956.916	956.916	-
Mantidos até o vencimento			
CVS	82.329	-	82.329
Cotas de fundos de invest. Em participações	1.826	1.826	-
Total	1.041.071	958.742	82.329

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Notas Explicativas

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Rendas com títulos e valores mobiliários

Contas	3º Tri 2021	30.09.2021	3ºTri2020	30.09.2020
Resultado de títulos de renda fixa	12.105	25.905	5.690	23.105
Resultado de títulos de renda variável	663	704	481	526
Ajustes positivos (negativos) ao valor de mercado TVM	1.585	634	(3.963)	(4.310)
Total	14.353	27.243	2.208	19.321

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Contas	30.09.2021	31.12.2020
Direitos junto à participação de sistemas de liquidação	9.951	27.703
Reservas compulsórias em espécie – BACEN (a)	178.236	241.357
Recolhimentos sobre depósitos de poupança – BACEN	274.062	274.507
SFH – Créditos junto ao FCVS (b)	67.406	65.506
Depósitos compulsórios – Crédito rural Res. Bacen nº 3.310/2005	6.081	5.526
Total	535.736	614.599
Circulante	468.330	549.093
Não Circulante	67.406	65.506

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista que não são remunerados.

(b) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN. O Banco possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$ 67.406 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 65.506 em 31 de dezembro de 2020). Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% a.a., quando utilizado recursos do FGTS e 6,17% a.a., quando utilizado recursos próprios, acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR). Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.

Notas Explicativas

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO**7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito****a. Por tipo de Operação**

	30.09.2021	31.12.2020
Operações de Crédito	7.898.320	6.269.511
Adiantamentos a Depositantes	264	1.014
Empréstimos	7.703.277	6.202.110
Outros Financiamentos	10.446	4.214
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	6.025	3.400
Financiamentos Imobiliários	178.308	58.773
Outras rubricas	107.522	57.837
Valores a receber relativos a transações de pagamento	60.412	48.300
Operações de Câmbio	47.110	9.537
Total da Carteira de Crédito	8.005.842	6.327.348
(Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito)	(175.924)	(174.796)
Provisões constituídas	(172.652)	(172.410)
Outros Créditos (Nota 8)	(3.272)	(2.386)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	7.829.918	6.152.552
Circulante	2.274.509	1.841.364
Não Circulante	5.555.409	4.311.188

b. Composição por segmento e tipo de pessoa

Produtos	30.09.2021	31.12.2020
Pessoa Física	7.830.101	6.239.646
Consignados	5.987.315	4.748.857
Banparacard	1.356.183	1.249.288
Cheque especial	4.266	1.815
Cartão de crédito	20.829	12.930
Sazonais	91.841	1.143
Imobiliário	164.508	54.490
Outros	205.159	171.123
Pessoa Jurídica	175.741	87.702
Cheque empresarial	4.559	1.392
Capital de Giro	99.691	65.838
Imobiliário	13.800	4.282
Outros	57.691	16.190
Total	8.005.842	6.327.348

Notas Explicativas

c. Por faixas de vencimento e nível de risco

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.09.2021	31.12.2020
Parcelas Vincendas	4.655.163	2.905.098	106.912	73.391	61.601	14.301	16.931	38.345	73.436	7.945.178	6.272.333
Até 30 dias	114.752	130.457	9.866	5.884	2.505	1.111	2.790	1.950	4.213	273.528	213.192
31 a 60 dias	41.104	49.739	6.097	1.502	1.600	466	1.406	678	2.212	104.804	204.399
61 a 90 dias	158.794	134.605	5.016	1.581	1.772	735	780	1.219	2.801	307.303	187.038
91 a 180 dias	281.576	276.066	12.246	10.364	4.833	1.631	1.656	3.247	7.158	598.777	409.469
181 a 360 dias	499.833	428.423	25.758	37.763	7.886	2.278	2.121	5.039	11.124	1.020.225	859.101
Acima de 360 dias	3.559.104	1.885.808	47.929	16.297	43.005	8.080	8.178	26.212	45.928	5.640.541	4.399.134
Parcelas Vencidas	-	5.725	2.375	3.676	3.187	3.413	3.295	10.703	28.290	60.664	55.015
Até 14 dias	-	5.722	743	670	469	269	277	606	1.354	10.110	12.458
15 a 30 dias	-	3	1.632	824	375	117	160	102	247	3.460	2.875
31 a 60 dias	-	-	-	2.182	801	616	510	1.310	2.100	7.519	6.845
61 a 90 dias	-	-	-	-	1.542	828	437	1.324	2.207	6.338	5.398
91 a 180 dias	-	-	-	-	-	1.583	1.911	7.361	7.706	18.561	12.749
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	14.676	14.676	14.690
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL EM 30.09.2021	4.655.163	2.910.823	109.287	77.067	64.788	17.714	20.226	49.048	101.726	8.005.842	-
TOTAL EM 31.12.2020	1.098.833	4.888.118	45.425	43.502	71.454	21.590	14.066	54.298	90.062	-	6.327.348

d. Por Setores de Atividade

Setores	30.09.2021		31.12.2020	
	Valor	%	Valor	%
Varejo Pessoas Físicas	7.823.401	97,72	6.236.350	98,56
Varejo Pessoas Jurídicas	165.971	2,07	83.392	1,32
Rural - Pessoa Física e Jurídica	6.025	0,08	3.400	0,05
Fomento - Pessoa Física e Jurídica	10.445	0,13	4.206	0,06
Total	8.005.842	100,00	6.327.348	100,00

e. Concentração dos principais devedores

Relação	30.09.2021		31.12.2020	
	Valor	%	Valor	%
Principal devedor	38.251	0,48	14.956	0,24
10 maiores devedores	61.354	0,77	36.511	0,58
20 maiores devedores	34.436	0,43	18.869	0,30
50 maiores devedores	48.108	0,60	37.492	0,59
100 maiores devedores	75.842	0,95	60.812	0,96
Demais devedores	7.747.851	96,78	6.158.708	97,33
Total	8.005.842	100,00	6.327.348	100,00

Notas Explicativas

7.2. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e com base nessa classificação constituiu-se provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a taxas que variam entre 0% a 100%, em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Contas	30.09.2021	30.09.2020
Saldo no início do período	(172.410)	(145.246)
Provisões constituídas	(651.314)	(391.605)
Reversões de provisões	566.824	320.460
Valores baixados ou compensados com créditos	84.248	77.454
Saldo final do período	(172.652)	(138.937)
Outros créditos - Saldo no início do período	(2.386)	(1.172)
Provisões constituídas	(16.108)	(6.466)
Reversões de provisões	15.222	5.935
Outros créditos - Saldo no final do período	(3.272)	(1.703)
Saldo final do período	(175.924)	(140.640)
Circulante	(90.792)	(86.811)
Não Circulante	(85.132)	(53.829)

7.3. Movimentação da Carteira de Renegociação

Contas	30.09.2021	30.09.2020
Saldo no início do período	98.713	99.569
Renegociação	53.597	34.081
Recebimentos	(39.854)	(33.275)
Baixas	(5.115)	(9.791)
Saldo final do período	107.341	90.584
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	43.989	33.320
Percentual de Provisionamento da Carteira de Renegociação	40,98%	36,78%

7.4. Rendas de Operações de Crédito

Contas	3º Tri 2021	30.09.2021	3º Tri 2020	30.09.2020
Adiantamento a depositante	68	193	64	319
Empréstimo	417.387	1.172.972	362.325	1.066.296
Financiamento com interveniência	353	936	88	105
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	13.797	35.414	9.612	31.823
Financiamentos rurais	96	167	55	175
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	2.904	6.291	300	343
Total	434.605	1.215.973	372.444	1.099.061

Notas Explicativas

8. Outros Créditos

Contas	30.09.2021	31.12.2020
Carteira de câmbio	48.021	9.290
Créditos a receber	1.784	2.745
Serviços prestados a receber	1.717	2.586
Serviços prestados em arranjo de pagamento	67	159
Créditos diversos	393.509	466.349
Adiantamento e antecipações salariais	11.303	4.568
Adiantamento para pagamento	118.215	213.948
Devedores por depósitos em garantia (a)	90.993	90.535
Imposto e contribuições a compensar	83.721	79.149
Pagamentos a ressarcir	1.591	1.733
Título e crédito a receber sem característica de concessão	3.927	4.285
Valores a receber a título de transações de pagamento (b)	60.413	48.300
Devedores diversos – País (c)	23.346	23.831
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	(6.766)	(6.208)
Com característica de concessão de Crédito (Notas 7.1 e 7.2)	(3.272)	(2.386)
Sem característica de concessão de Crédito (d)	(3.494)	(3.822)
Circulante	436.548	472.176

(a) Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal.

(b) O saldo de valores a receber relativos a transações de pagamento totalizam o valor de R\$ 60.413 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 48.300 em 31 de dezembro de 2020) e estão assim distribuídos:

Contas	30.09.2021	31.12.2020
BANPARÁ Mastercard	58.430	43.253
Valores a faturar	9.453	7.383
Faturados a receber	18.578	11.587
Parcelado Lojista a Agendar Bandeira	30.399	24.283
Cartão BANPARÁ	1.983	5.047
Parcelado sem juros	1.983	5.047
Total	60.413	48.300

(c) O montante de devedores diversos totaliza R\$ 23.346 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 23.831 em 31 de dezembro de 2020), registrado principalmente pelos valores correspondentes às parcelas de empréstimos consignados, cujas liquidações ocorrem na primeira quinzena do mês subsequente, com o repasse dos órgãos consignantes.

Notas Explicativas

(d) O saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sem característica de concessão somam o valor de R\$ 3.494 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 3.822 em 31 de dezembro de 2020).

Contas	30.09.2021	30.09.2020
Saldo no início do período	(3.822)	(2.154)
Provisões constituídas	(2.983)	(3.899)
Reversões de provisões	3.311	2.724
Saldo final do período	(3.494)	(3.329)

9. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

O intangível é composto basicamente por *softwares*, os quais são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada em 20% ao ano, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Imobilizado de Uso	Imobilizações em cursos	Imóveis em uso	Móveis e Equip. de Uso	Sistema de comunicação	Sist. Proc. Dados e Equipam.	Sistema de segurança	Sistema de transporte	Total
Custo	350	56.775	22.268	9.601	100.756	10.702	171	200.623
Depreciação Acumulada	-	(36.089)	(12.689)	(4.669)	(82.810)	(6.057)	(171)	(142.485)
Líquido 31.12.2020	350	20.686	9.579	4.932	17.946	4.645	-	58.138
Aquisições	1.113	341	1.249	1.179	495	2.799	-	7.176
Baixas Custo	-	-	(127)	(11)	(335)	(38)	-	(511)
Baixas Depreciação	-	-	111	8	330	30	-	479
Depreciação	-	(715)	(1.382)	(708)	(5.501)	(731)	-	(9.037)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação Líquida	1.113	(374)	(149)	468	(5.011)	2.060	-	(1.893)
Custo	1.463	57.116	23.390	10.769	100.916	13.463	171	207.288
Depreciação Acumulada	-	(36.804)	(13.960)	(5.369)	(87.981)	(6.758)	(171)	(151.043)
Líquido 30.09.2021	1.463	20.312	9.430	5.400	12.935	6.705	-	56.245

Notas Explicativas

Intangível	Software	Intangível em curso	Marcas	Outros Ativos Intangíveis	Total
Custo	168.503	6.819	3.000	17.681	196.003
Amortização Acumulada	(54.508)	-	(250)	-	(54.758)
Líquido 31.12.2020	113.995	6.819	2.750	17.681	141.245
Aquisições	28	5.890	-	-	5.918
Baixas Custo	(21.089)	-	-	(308)	(21.398)
Baixas Amortização	21.089	-	-	-	21.089
Amortização	(22.037)	-	(1.125)	-	(23.162)
Transferências	2.367	(2.367)	-	-	-
Movimentação Líquida	(19.642)	3.523	(1.125)	(308)	(17.552)
Custo	149.809	10.342	3.000	17.373	180.524
Amortização Acumulada	(55.456)	-	(1.375)	-	(56.831)
Líquido 30.09.2021	94.353	10.342	1.625	17.373	123.693

10. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

10.1. Depósitos

a. Composição por tipo de depósito

Contas	30.09.2021	31.12.2020
Circulante	8.891.726	6.368.968
Depósitos à vista	1.522.451	988.318
Depósitos do público	286.968	271.552
Depósitos de instituições financeiras	442	437
Depósitos vinculados	13.110	2.556
Depósitos de Governo	1.221.931	713.773
Depósitos a prazo	5.999.021	3.745.506
Depósitos de poupança	1.370.254	1.396.112
Depósitos interfinanceiros	-	239.032
Não Circulante	2.172.791	2.107.852
Depósitos a prazo	2.172.791	2.107.852
Total	11.064.517	8.476.820

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os depósitos de poupança foram atualizados pela variação da TR e acrescidos de juros de 6% ao ano quando a SELIC for maior que 8,5% ao ano, ou por 70% da SELIC + TR quando a SELIC for menor que 8,5% ao ano; os depósitos a prazo são remunerados à taxa do CDI com vencimentos de 60, 180, 360 e acima de 360 dias.

O Banco mantém com o Banco Cooperativo do Brasil – BANCOOB, Banco do Estado de Sergipe – BANESE, Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES e Banco Cooperativo SICREDI S.A – SICREDI um acordo de compensação e liquidação de obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução

Notas Explicativas

CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do artigo 30 da Medida Provisória nº 2.192/70, de 24 de agosto de 2001.

b. Composição dos depósitos por vencimentos

Vencimento	À vista	A prazo	Poupança	30.09.2021	31.12.2020
Sem vencimento	1.522.451	4.423	1.370.254	2.897.128	2.385.576
Até 30 dias	-	36.973	-	36.973	62.485
De 31 a 60 dias	-	125.744	-	125.744	78.134
De 61 a 90 dias	-	152.524	-	152.524	128.397
De 91 a 180 dias	-	2.113.331	-	2.113.331	432.911
De 181 a 360 dias	-	3.566.026	-	3.566.026	3.281.465
Acima de 360 dias	-	2.172.791	-	2.172.791	2.107.852
Total	1.522.451	8.171.812	1.370.254	11.064.517	8.476.820

c. Composição por segmento de mercado

Composição	À vista	A prazo	Poupança	30.09.2021	31.12.2020
Sociedades ligadas	1.140.447	5.034.979	-	6.175.426	3.906.360
Pessoas físicas	185.795	1.117.919	1.337.402	2.641.116	2.643.817
Invest. Institucionais	-	2.004	-	2.004	2.002
Instituição Financeira	442	-	-	442	239.468
Pessoas jurídicas	100.889	1.282.197	32.852	1.415.938	1.407.565
Governo municipal	81.768	730.290	-	812.058	276.100
Outros	13.110	4.423	-	17.533	1.508
Total	1.522.451	8.171.812	1.370.254	11.064.517	8.476.820

d. Captação no mercado aberto

Obrigações sobre valores tomados no mercado em curto prazo, lastreado por títulos da carteira própria e terceiros, composto da seguinte forma:

Letras Financeiras do Tesouro	30.09.2021	31.12.2020
Recompras a Liquidar - Carteira Própria	37.804	167.037
Total	37.804	167.037

Devido à alta liquidez apresentada pelo Banpará, as operações compromissadas sofreram redução, ou seja, não houve a necessidade de captação de letras financeiras do tesouro junto ao mercado.

Notas Explicativas

e. Despesas de captação

	3º Tri 2021	30.09.2021	3º Tri 2020	30.09.2020
Depósitos de poupança	(10.981)	(23.949)	(5.562)	(21.346)
Depósitos interfinanceiros	(215)	(3.052)	(1.242)	(4.820)
Depósitos a prazo	(90.227)	(171.633)	(26.122)	(94.416)
Depósitos judiciais	(15)	(45)	(14)	(42)
Operações compromissadas— Carteira própria e Terceiros	(1.196)	(2.453)	(580)	(8.168)
Letras financeiras	(200)	(1.638)	(1.399)	(6.106)
Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	(3.232)	(9.053)	(2.538)	(6.586)
Total	(106.066)	(211.823)	(37.457)	(141.484)

11. EMISSÃO DE TÍTULOS

	30.09.2021	31.12.2020
Circulante	9.031	138.363
Recursos de Letras Financeiras	9.031	138.363
Não Circulante	3.680	11.382
Recursos de Letras Financeiras	3.680	11.382
Total	12.711	149.745

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Contas	30.09.2021	31.12.2020
Circulante	169.875	111.583
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	38.560	106
Sociais e estatutárias	185	11.710
Fiscais e previdenciárias	41.293	33.490
Cheque administrativo	130	1.421
Obrigações por convênios	13.433	9.485
Obrigações por prestação de serviços	44.270	37.259
Credores diversos – País (a)	28.336	10.149
Obrigações por Transações de Pagamento	2.620	6.846
Obrigações por Serviços de Instituidores de Arranjo	910	979
Obrigações p/Fundos Finac. Desenv.	138	138
Total	169.875	111.583

(a) O montante de credores diversos totaliza R\$ 28.336 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 10.149 em 31 de dezembro de 2020), registrado principalmente pelos saldos de contas transitórias.

As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo do grupo “Provisões”:

Notas Explicativas

Contas	30.09.2021	31.12.2020
Circulante	158.002	129.072
Provisão com Pessoal	48.733	23.229
Provisão com PLR	10.129	16.762
Provisão para outras despesas administrativas	43.458	34.142
Passivo para risco – Trabalhista	35.529	37.763
Passivo para risco – Cível	17.862	15.340
Passivo para risco – Cessão de crédito rural com coobrigação	103	101
Outros	2.188	1.735
Não Circulante	7.525	7.363
Passivo para risco - Tributário	7.525	7.363
Total	165.527	136.435

13. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS.

O Banpará é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para riscos envolve ações trabalhistas, fiscais, cíveis, cessão de crédito rural, com coobrigação e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas, tendo como base a opinião de sua assessoria jurídica, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

Provisões trabalhistas: São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas-extras, equiparação salarial, desvios de funções e outros direitos trabalhistas. Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banco, na ocasião da notificação judicial quando o risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso efetuada com base em subsídios legais recebidos de nossa assessoria jurídica no montante de R\$ 39.050 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 36.798 em 30 de setembro de 2020).

Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 5.592 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 11.462 em 30 de setembro de 2020), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Notas Explicativas

Provisões cíveis: O Banpará mantém provisionados valores de ações de caráter indenizatório referente a indenização material e/ou moral, acerca da relação advinda da prestação de serviços bancários. Os valores classificados como de perda provável, são provisionados e ajustados mensalmente de acordo com o valor indenizatório pretendido, as provas apresentadas e a avaliação da assessoria jurídica, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação. O valor da provisão, em 30 de setembro de 2021 é R\$ 17.862 (R\$ 14.636 em 30 de setembro de 2020).

Existem ainda processos cíveis, que de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 67.431 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 39.892 em 30 de setembro de 2020) e de acordo com as práticas contábeis não são provisionados.

Provisões tributárias: O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médios e longos prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. O valor total das provisões em 30 de setembro de 2021 é R\$ 7.450 (R\$ 7.341 em 30 de setembro de 2020).

Existem ainda causas tributárias que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 19.660 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 19.271 em 30 de setembro de 2020), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Movimentação das provisões para passivos contingentes

	30.09.2021			30.09.2020		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias
No início do Período	37.763	15.340	7.363	36.759	14.536	7.182
Atualização monetária	3.912	2.664	162	5.804	1.457	159
Constituições	3.979	997	-	7.125	834	-
Reversões	(2.334)	(694)	-	(7.208)	(1.706)	-
Pagamentos	(7.791)	(445)	-	(5.683)	(485)	-
No final do Período	35.529	17.862	7.525	36.798	14.636	7.341
Dep. Judiciais	18.851	15.989	55.987	14.636	15.878	55.211

Notas Explicativas

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado em 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco:

Acionista	30.09.2021		30.09.2020	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,976	9.519.433	99,977
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,008	755	0,008
Administradores	193	0,002	9	0,000
Demais Acionistas	1.268	0,014	1.452	0,015
Total	9.521.649	100,000	9.521.649	100,000

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo Banpará em circulação:

Espécie e Classe de Ação	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de Ações	% Ações em circulação
ON	9.519.626	2.023	9.521.649	0,021

(1) compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

(2) totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima. Em 30 de setembro de 2021 as ações em circulação totalizavam 2.023.

14.2. Dividendos/Juros sobre capital próprio

O Banco adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado, em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social do Banpará e artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Por conseguinte, em conformidade com o capítulo VII do Estatuto Social e Política de Distribuição de Dividendos, o Banco distribui dividendos obrigatórios ao final do exercício, podendo no intervalo distribuir dividendos intermediários e/ou intercalares.

15. GESTÃO DE RISCO

O gerenciamento contínuo e integrado de riscos consiste em identificar, medir, avaliar, monitorar, controlar e relatar todos os riscos associados às operações do Banco, por

Notas Explicativas

meio da governança corporativa e de uma abordagem proativa de monitoramento contínuo dos riscos inerentes à estratégia de negócios.

Os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Instituição atua são avaliados de forma contínua e integrada, por meio de cenários de estresse e do monitoramento dos apetites por riscos.

O principal objetivo é assegurar que os indicadores de riscos estejam dentro dos limites e métricas quantitativas e qualitativas estabelecidas na RAS, que configuram um elemento fundamental para o cumprimento do planejamento estratégico e orçamentário, de acordo com o tamanho e complexidade das operações.

No fechamento de 30 de setembro de 2021 o Banco manteve-se dentro dos limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos, não sendo necessária a ativação de nenhuma ação mitigadora dos Planos de Contingências.

Risco de Crédito:

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros, e aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O gerenciamento do risco de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o perfil de risco e negócio da Instituição para cada segmento que operamos. Também é parte dessa estrutura o processo de comunicação e informação dos riscos, incluindo a divulgação das políticas e outras informações complementares referentes ao gerenciamento do risco de crédito. O Banpará acompanha os créditos propostos desde a concessão até a liquidação, observando as regras de cobrança e recuperação.

Notas Explicativas

Para a efetividade do gerenciamento do risco de crédito referente aos procedimentos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos de crédito o Banpará:

- Utiliza no processo de concessão de crédito para classificação do nível de risco de seus clientes, pessoa física e jurídica, a análise objetiva pautada em modelos internos de avaliação de risco de crédito e, caso necessário, análise subjetiva realizada pelo núcleo de análise ou comitês de crédito, conforme limites estabelecidos por alçadas decisórias;
- Na constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para cada operação é considerada a avaliação e classificação do cliente/grupo econômico, a natureza e finalidade da operação, as características de garantias e a pontualidade nos pagamentos;
- Elaboração de relatórios, sendo possível a realização de pesquisas em diversos níveis, tais como segmentos de negócios, regiões, produtos, setores de atividade e clientes, e sob vários aspectos (ativo, inadimplência, provisão, qualidade da carteira por tipo de rating, entre outros);
- Realiza reporte tempestivo das informações e análises sobre o risco de crédito à estrutura organizacional responsável por sua gestão na instituição, bem como as conclusões e providências adotadas;
- Banpará estabelece cenários de estresses para avaliação da resiliência do Banpará a choques macroeconômicos adversos, para avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na Instituição ou em portfólio específico.

O saldo total de crédito no mês setembro de atingiu R\$ 8.005.842. O crescimento apresentado em 30 de setembro de 2021 foi superior ao apresentado em 31 de dezembro de 2020 é justificado, principalmente pelo aumento da margem consignável do crédito consignado (Lei Federal nº 14.131/2021).

Notas Explicativas

O Banco, por nível de risco, concentra 95,87% nos contratos de níveis de risco AA – C:

NÍVEL DE RISCO	30.09.2021		31.12.2020	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
AA	4.655.163	58,15	1.098.833	17,37
A	2.910.823	36,36	4.888.118	77,25
B	109.287	1,37	45.425	0,72
C	77.067	0,96	43.502	0,69
D	64.788	0,81	71.454	1,13
E - H	188.714	2,36	180.016	2,84

Risco de Mercado:

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações. O risco de mercado origina-se da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Para identificar e mensurar as posições que expõem a Instituição ao risco de mercado é calculado e monitorado diariamente o VaR (Value at Risk) paramétrico, por tipo de carteira (bancária e negociação), fazendo uso da metodologia EWMA (Exponentially Weighted Moving Average), para o horizonte de 1 du, com 95% de confiança. Segue abaixo valor exposto ao risco de mercado na carteira de negociação por fator de risco:

Exposição por Fator de Risco - Carteira de Negociação		
Fator de Risco	3º Tri 2021	3º Tri 2020
	Valor Exposto	Valor Exposto
PRÉ	2.309.994	50.638
USD	6.663	922
Euro	2.717	3.006
Total	2.208.764	57.938

Análise de Sensibilidade:

A análise de sensibilidade foi realizada para a carteira de negociação, a análise sensibilidade considerando o fator taxa de juros (exposições sujeitas à variação de

Notas Explicativas

taxas de juros prefixada) e moeda estrangeira (exposições sujeitas variação cambial). Dessa forma, foram aplicados choques nos seguintes cenários:

- **Cenário 1** - Situação Provável - os choques foram determinados a partir da diferença de taxas nos vértices 252 du e 1 du da curva de expectativa;
- **Cenário 2** - Situação Possível - aplicou-se o percentual de 25% na taxa 252(aumento para taxa pré e redução para a taxa de câmbio), deteriorando-se desta forma o cenário base em 25%;
- **Cenário 3** - Situação Remota - aplicou-se o percentual de 50% na taxa 252 (aumento para taxa pré e redução para a taxa de câmbio), deteriorando-se desta forma o cenário base em 50%.

Análise de sensibilidade - Carteira de Negociação

Cenários	Fatores de Risco						Total da Perda			
	Taxa de Juros		Moedas USD		Moedas EURO					
	3T2021	3T2020	3T2021	3T2020	3T2021	3T2020	3T2021	%PR	3T2020	%PR
Cen 1	(242)	-	(1.188)	(215)	(711)	(54)	(2.141)	-0,14%	(269)	-0,02%
Cen 2	(302)	(38)	(1.482)	(267)	(875)	(67)	(2.659)	-0,18%	(372)	-0,03%
Cen 3	(361)	(75)	(1.788)	(320)	(1.052)	(81)	(3.201)	-0,21%	(476)	-0,04%
							PR: 1.508.518		PR: 1.365.015	

A análise de sensibilidade da carteira *trading* demonstra baixo impacto no Patrimônio de Referência, uma vez que a carteira de negociação é formada principalmente por operações compromissadas de curto prazo (1du) e pela carteira de câmbio (*spot*). Ressalte-se que o elevado aumento do percentual de perda do PR (% PR) em relação a referência anterior deve-se ao aumento das operações de câmbio.

Acompanhamento do IRRBB

O Banpará acompanha o risco de taxa de juros por meio do IRRBB (Interest Rate Risk of Banking Book), o qual é definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira para os instrumentos classificados na carteira bancária. A mensuração do IRRBB é realizada por meio das abordagens Δ EVE e Δ NII, conforme circular Bacen nº 3.876/18 e alterações, que define:

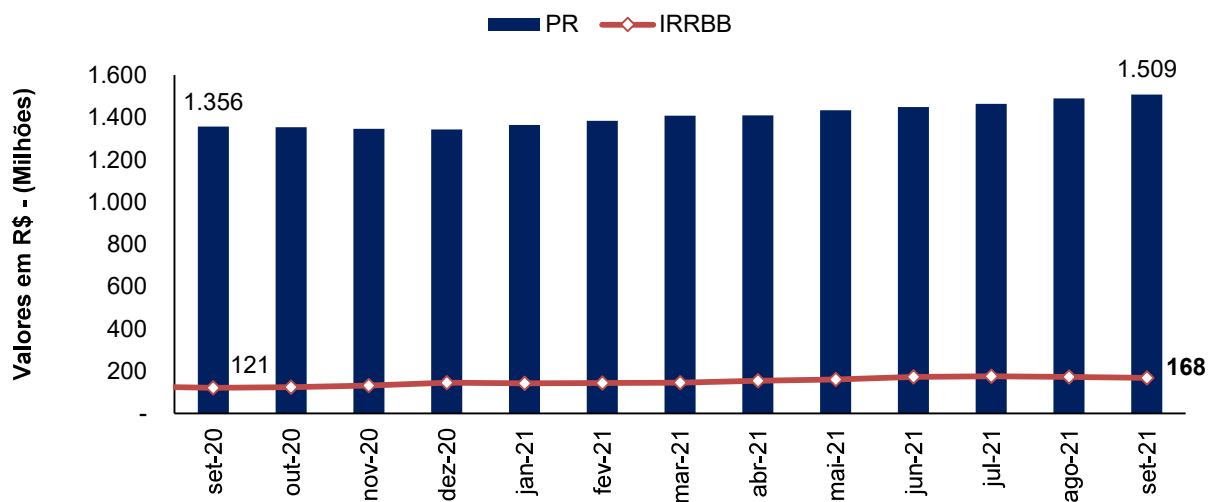
- Δ EVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor

Notas Explicativas

presente do somatório dos fluxos de reapreçamento, desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;

- ΔNII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

Dessa forma, considerando a metodologia de alocação de capital adotada pelo Banpará ($IRRBB = (\text{máx. (delta EVE; delta NII)}) * 18\%$), nota-se que a metodologia se mantém quase que linear para nos últimos 13 meses.



Risco de Liquidez:

O Banpará, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.557/2017 e com a Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez, utiliza processos que permitem gerenciar de forma efetiva e prudente a capacidade de pagamento da Instituição e a otimização dos recursos disponíveis. A Instituição elabora cenários prospectivos, em situações normais e de estresse financeiro severo, capazes de mensurar eventuais impactos no estoque adequado de ativos líquidos.

Cabe ressaltar que diante dos efeitos gerados pela pandemia do Covid-19, algumas premissas foram readequadas com o objetivo de demonstrar a resiliência e a capacidade da Instituição em absorver níveis de perdas em todos os cenários simulados, identificando os potenciais passivos capazes de causar exposições contingentes e inesperadas.

Notas Explicativas

Ademais, são realizadas projeções de fluxo de caixa para o período de 90 dias úteis, as quais permitem avaliar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para isso, é monitorado o índice de Gap médio (IG), que possibilita a observação das projeções de entradas e saídas da Instituição, considerando a expectativa de rolagem de cada operação.

As posições de liquidez que possam influenciar na composição da margem mínima projetada são reportadas aos Órgãos de Governança via relatórios mensais e extraordinários, com intuito de identificar situações que possam comprometer o limite mínimo de liquidez do Banco, levando em consideração tanto planejamento estratégico quanto as condições de mercado.

Em 30 de Setembro de 2021, os estoques de ativos de alta liquidez permaneceram acima dos limites mínimos estabelecidos na RAS, proporcionando tranquilidade para honrar saídas esperadas e inesperadas de recursos, tanto em cenário de normalidade ou de estresse financeiro.

Gerenciamento de Capital:

O Banpará realiza o monitoramento e controle de capital adotando uma postura prospectiva, de forma a antever cenários e antecipar a necessidade de capital, em função de possíveis mudanças nas condições de mercado e/ou estratégias de negócio, permitindo assim, um gerenciamento contínuo e integrado do capital, atendendo aos órgãos reguladores. Buscando esse objetivo, o gerenciamento de capital mantém uma equipe profissional com conhecimento, capacidade e experiência necessários para trabalhar os elementos abrangidos pela gestão do capital tais como: monitoramento do patrimônio de referência – PR e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA; os impactos das oscilações das parcelas de RWA no Índice de Basileia e no Plano de Capital; o acompanhamento e compatibilização do Planejamento Estratégico com a suficiência de capital do Banco; a realização de simulações que impactem no capital (testes de estresse) e quando da prospecção de novos produtos e/ou alteração de regra de negócio; a elaboração e revisão do Plano de Capital do Banpará para o horizonte de 05 anos e os reportes do processo de

Notas Explicativas

gerenciamento de capital aos Órgãos de Governança da Instituição, que é realizado mensalmente ou tempestivamente.

O gerenciamento de capital é um processo que engloba atividades conjuntas desenvolvidas pelo Conselho de Administração, Comitê de Riscos Estatutário, pela Diretoria de Controle, Risco e Relações com Investidores – Dicri, pelo Comitê de Planejamento Estratégico, pelo Núcleo de Planejamento Estratégico e Estudos Econômicos - Nuple, pela Superintendência de Gestão de Risco Financeiro – Suris, e por todas demais unidades envolvidas no processo.

Dentre os documentos que compõem o ambiente de gestão e os processos inerentes à estrutura de gerenciamento de capital do Banpará, destacam-se:

- Políticas e estratégias que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pelo Banco;
- Plano de Capital abrangendo o horizonte de cinco anos;
- Plano de Contingência de Capital;
- Declaração de Apetite por Riscos – RAS;
- Programa de Teste de Estresse;
- Relatórios gerenciais periódicos (mensais, trimestrais, anuais e tempestivos) sobre a adequação dos níveis do PR aos riscos incorridos e das parcelas que compõem os Ativos Ponderados pelo Risco - RWA.

Análise de Resultado de Capital no Exercício

Quando comparado a 31 de dezembro de 2020, observa-se uma redução no índice de Basileia de 1,17%, ocasionada principalmente pelo aumento em 18,96% na exposição dos ativos ponderados pelo risco – RWA em proporção maior que o crescimento do PR de 12,30%. Destaca-se o crescimento do PR em 12,30% ocasionado pela apuração de lucro para o período. Já a parcela de RWA tem seu crescimento influenciado principalmente pelo aumento de 19,80% no RWACPAD, devido ao incremento das operações de crédito (Financiamento imobiliário e operações de varejo) do Banco.

Notas Explicativas

ÍNDICE DE BASILEIA	30.09.2021	31.12.2020
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - PR	1.508.518	1.343.334
Nível I	1.508.518	1.343.334
Capital Principal	1.508.518	1.343.334
Capital Social	1.473.122	1.300.664
Reservas de Capital, Reavaliação e de Lucro	-	183.914
Contas de Resultado Credoras	782.453	-
Contas de Resultado Devedoras*	710.699	-
Sobras de Lucro	87.335	-
Ajustes Prudenciais*	123.693	141.244
ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO - RWA*	7.648.538	6.429.429
Exposição ao Risco de Crédito - RWACPAD	6.891.711	5.752.829
Exposição ao Risco de Crédito - RWAMPAD	28.421	15.164
Exposição ao Risco de Variação da Taxa de Juros Prefixadas- RWAJUR1	2.586	1.327
Exposição ao Risco de Variação da Taxa dos Cupons de Moeda Estrangeira - RWAJUR3	-	1.750
Exposição ao Risco de Variação Cambial - RWACAM	25.835	10.850
Exposição ao Risco de Variação do Preço de Ações - RWAACS	-	1.237
Exposição ao Risco Operacional - RWAOPAD	728.407	661.436
IRRBB	168.581	145.358
Valor de Margem Sobre PR	603.765	603.253
ÍNDICE DE BASILEIA BANPARÁ - IB	19,72%	20,89%

** Os componentes RWA_{JUR2}, RWA_{JUR4} e RWA_{COM} não são demonstrados no quadro, pois o Banco não possui tais exposições.

*** Para o cálculo do valor da margem sobre PR foi considerado o saldo do IRRBB e o saldo do ACPConservação

Informações adicionais sobre processos de controle de riscos estão no sítio: www.banpara.b.br, na rota: O BANPARA > Relações com Investidores > Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos e de Capital.

16. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PLANO DE SAÚDE

16.1. Plano de suplementação de aposentadoria

O Banco patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, planos de benefícios de aposentadoria e pensão para os empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é efetuada atualmente pela Icatu Fundo Multipatrocinado, entidade fechada de previdência privada.

Notas Explicativas

O Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA, apresentando as seguintes características:

CARACTERÍSTICAS	PREVRENDA
Modalidade (consoante à Resolução CNPC nº 41/2021)	Contribuição Definida - CD
Situação	Ativo/Em funcionamento
Patrocinadoras	Banco do Estado do Pará S/A-BANPARÁ
Tipo de Patrocínio	Lei Complementar 108 e 109/01
Solidariedade	Não Aplicável
Quantidade de Grupo de Custeio	1

Adicionalmente, o **Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA** assegura os seguintes benefícios, segundo os dispositivos regulamentares vigentes:

- Renda temporária;
- Benefício por morte e por invalidez do participante ativo;
- Benefício por morte do participante em gozo de benefício; e
- Pecúlio por morte e invalidez.

As informações referentes as estatísticas do grupo de assistidos são atualizadas semestralmente, segue abaixo as informações atualizadas:

	30.09.2021	30.09.2020
Participantes ativos		
Quantidade	1283	1.283
Idade média (anos)	46	46
Salário médio (R\$)	8.525	8.525
Participantes assistidos		
Quantidade	91	91
Idade média (anos)	71	71
Benefício médio (R\$)	1.662	1.662
Pensionistas		
Quantidade	42	42
Idade média (anos)	57	57
Benefício médio	1.093	1.093

Os cálculos atuariais foram desenvolvidos em estrita observância aos itens do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 R1 que tratam de benefícios pós-emprego e, mais especificamente, de planos de contribuição definida.

A qualidade de base cadastral utilizada para fins das Avaliações Atuariais é fundamental para a obtenção de obrigações atuariais eficientes e não tendenciosas, sendo a análise desta imperiosa para a mitigação da volatilidade de resultados.

Notas Explicativas

A base cadastral posicionada em 31 de maio de 2021 observou o layout estabelecido, bem como foi submetida à análise de consistência e testes de suficiência, conforme critérios técnicos pertinentes, sendo considerada adequadas para fins de Avaliação Atuarial.

Segundo o Plano Anual de Custeio, o Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA é financiado por contribuições dos participantes e patrocinadoras, sendo que destas é descontado o custeio integral dos benefícios de risco (Benefício por Morte e por Invalidez do Participante Ativo) geridos no sistema de repartição simples.

As principais premissas atuarias na data do balanço (médias anuais):

HIPÓTESES E PREMISSAS		
	31/12/2020	30/09/2021
Posição dos Dados	nov-20	mai-21
Elegibilidade	Primeira Idade	Primeira Idade
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado - PUC	Crédito Unitário Projetado - PUC
Composição Familiar		
Ativos	Hx (Diferença de Idade: 3 anos)	Hx (Diferença de Idade: 3 anos)
Crescimento Real de Salários	2,24%	2,24%
Taxa de Rotatividade	N/A	MERCER PREV-RENDA (Taxa média de 2,74% a.a.)
Taxa Real Anual de Juros	4,30%	4,06%
Taxa de Inflação Projetada*	2,34%	6,00%
Taxa Anual de Juros	6,74%	10,30%
Expectativa de Retorno dos Ativos financeiros	6,74%	10,30%
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 M&F	MI-85 M&F
Tábua de Mortalidade Geral	RP 2000 M&F Geracional AA	RP 2000 M&F Geracional AA
Índice de Atualização	INPC	INPC
*Representa a inflação projetada para 2021 conforme informado pela Patrocinadora		
Principais Premissas Atuarias		
Crescimento Real de Salários	2,24%	
Taxa Real Anual de Juros	4,06%	
Tábua de Mortalidade Geral	RP 2000 M&F Geracional AA	

Notas Explicativas

16.2. Reconhecimento do plano de benefícios

A quantificação dos montantes reconhecidos pelo Banco encontra-se em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, que foi instituído pela Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme demonstrado a seguir:

O Plano de Contribuição Definida - PREVRENDIA é financiado por contribuições dos participantes e patrocinadoras, sendo que, destas, é descontado o custeio integral dos benefícios de risco (Benefício por Morte e por Invalidez do Participante Ativo) geridos no sistema de repartição simples.

O Plano de Contribuição Definida - PREVRENDIA é deficitário e não possui Fundo Previdencial de Revisão de Plano, possuindo, no entanto, um Fundo Previdencial classificado como Outros Definidos em Nota Técnica, que tem finalidade de abater contribuições deste.

Conclui-se que não existem benefícios econômicos que possam ser reconhecidos. Adicionalmente, o Plano de Contribuição Definida - PREVRENDIA não registra valores em Exigível Contingencial, referente a demandas judiciais de participantes contra o ICATU-FMP, não existindo, portanto, risco legal a ser contabilizado referente ao seu patrocínio.

Outrossim, não foram registradas provisão para perdas esperadas associadas ao Risco de Crédito dos investimentos no período analisado, não havendo risco de crédito referente à contabilização dos ativos financeiros do Plano.

Desta forma, houve variação positiva de aproximadamente de 9,89% no Ativo Justo do Plano. Adicionalmente, também se registra variação positiva de 0,31% no Valor da Obrigação Atuarial do Plano, comparativamente aos resultados em 31 de dezembro de 2020, sendo este resultado influenciado, principalmente, pela revisão da Taxa Real de Juros, consoante às determinações da CPC 33(R1), que reduziu em 0,24 p.p., corroborado pelo aumento da folha salarial e do número de participantes ativos.

Notas Explicativas

A) - Conciliação dos Ativos do Plano		
	31.12.2020	30.09.2021
Valor do Ativo Justo no início do período	1.800.297	2.149.678
Receita de Juros dos Ativos	121.340	121.340
Contribuições do Patrocinador	-	121.554
Contribuições do Empregado	-	-
Benefícios Pagos	-	-
Efeitos da mudança da taxa de câmbio	-	-
Efeito de combinações e alienações de negócios (Alt. Regulamentar)	-	-
Ganhos/(Perdas) sobre o Ativo Justo	228.041	(30.205)
Valor do Ativo Justo no final do período	2.149.678	2.362.367
B) - Conciliação do Valor Presente da Obrigação de Benefício Definido		
	31/12/2020	30/09/2021
Valor da Obrigação Atuarial no início do período	(684.123)	(658.036)
Custo de Juros Líquido	(46.110)	(46.110)
Custo do Serviço Corrente Líquido	-	-
Custo do Serviço Passado	-	-
Benefícios Pagos	-	-
Contribuições Patrocinador	-	-
Contribuições Assistidos	-	-
Efeito de combinações e alienações de negócios (Alt. Regulamentar)	-	-
Ganhos/(Perdas) sobre a Obrigação Atuarial	72.197	44.084
- Ganhos/(Perdas) decorrentes da Experiência	72.197	58.883
- Ganhos/(Perdas) decorrentes de mudança biométricas	-	-
- Ganhos/(Perdas) decorrentes de mudança financeira	-	(14.799)
Valor da Obrigação Atuarial no final do período	(658.036)	(660.062)

Com efeito, o Plano auferiu nível de solvência econômica e atuarial no montante de R\$ 1.702, equivalente a 257,90% do Valor da Obrigação Atuarial do Plano.

Assim sendo, não há, portanto, passivo a ser reconhecido ou aportes adicionais a serem vertidos, à luz da CPC 33 (R1), para o 30 de setembro de 2021.

16.3. Plano de saúde

O Banco oferece Plano de Saúde a seus funcionários ativos. O Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial é oferecido por empresa operadora de mercado na forma da Lei nº 9.656/98 e legislação posterior pertinente à matéria, notadamente a Resolução Normativa nº 211/2010-ANS, constituindo-se em plano coletivo por adesão cuja contratação decorre de processo licitatório na forma da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 13.303/2016.

Notas Explicativas

O custeio do Plano de Assistência à Saúde é arcado pelos empregados, conforme tabela abaixo, incidente sobre a remuneração bruta. O Banco somente custeia valores quando os descontos aplicados aos funcionários forem insuficientes para suportar o valor mensal do contrato.

Faixa	Remuneração	Desconto
1	Até R\$1.793,20	2,50%
2	De R\$1.793,21 a R\$2.236,16	3,00%
3	De R\$2.236,17 a R\$3.000,24	3,50%
4	A partir de R\$3.000,25	4,00%

O desconto é realizado independentemente do número de dependentes inscritos.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas do Banco são divulgadas em atendimento à Deliberação CVM nº 642/10 e Resolução CMN nº 4.818/20, essas transações são efetuadas em condições usuais de mercado, incluindo prazos, taxas de juros e garantias, não envolvendo riscos anormais de recebimento. As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias, praticadas no mercado, que variam de 101% a 110% do CDI.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em contas correntes (não remunerados), depósitos a prazo remunerados, nos mesmos termos e condições praticados com seus clientes. Em relação ao acionista controlador estão incluídas as transações com os órgãos da Administração Direta do Governo do Estado do Pará, que mantêm operações bancárias com esta Instituição Financeira.

Nesse contexto, as transações com partes relacionadas observam também as determinações da Lei Complementar nº 105/2001, conhecida como Lei do Sigilo Bancário, que determina que as instituições financeiras devam guardar sigilo sobre suas operações ativas e passivas, além de serviços prestados. Assim, os saldos de produtos e serviços bancários das partes relacionadas são totalizados para divulgação ao mercado, nos termos da Lei do Sigilo Bancário.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

Notas Explicativas

	30.09.2021	31.12.2020
Estado do Pará	6.175.426	3.906.360
Depósitos à vista - (Nota Explicativa nº 10 c)	1.140.447	659.086
Depósitos a prazo - (Nota Explicativa nº 10 c)	5.034.979	3.247.274

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração da Diretoria Executiva e dos membros do Conselho de Administração, conforme determina o Estatuto Social do Banco.

No período as remunerações estão demonstradas a seguir:

Remuneração e Participações dos Administradores	3º Tri 2021	30.09.2021	3º Tri 2020	30.09.2020
Remuneração	651	1.820	557	1.706
Diretoria	419	1.252	415	1.250
Conselho de Administração	232	568	142	456
Participação nos Lucros e resultados	76	223	71	194
Administradores	76	223	71	194

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

Outras informações:

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas desde que cumpram os requisitos presentes na legislação vigente.

Em 30 de setembro de 2021 o Banco possui o valor de R\$ 5.678 (R\$ 4.713 em 31 de dezembro de 2020) em operações de crédito com partes relacionadas.

Participação Acionária:

Em 30 de setembro de 2021, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banpará no total de 193 ações.

18. SEGUROS

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 254.326.

Notas Explicativas

19. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E ATIVO FISCAL DIFERIDO**Demonstração do cálculo dos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social**

DESCRIÇÃO	30.09.2021		30.09.2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação e participações	262.776	326.613	274.580	352.213
Juros s/ Capital Próprio e Participações	33.035	33.035	-	-
Base de Cálculo	295.811	359.648	274.580	352.213
Adições (Exclusões)	11.016	(53.044)	81.950	-
Base de Cálculo	306.827	306.604	356.530	352.213
Alíquota Normal (15% e 20%)	46.024	66.784	53.480	67.121
Adicional do Imposto de Renda (10%)	30.665	-	35.635	-
IR e CSLL Devidos	76.689	66.784	89.115	67.121
Programa de Alimentação ao Trabalhador	(1.841)	-	(2.139)	-
Incentivos Fiscais	-	-	(850)	-
Prorrogação da Licença Maternidade	(513)	-	(512)	-
IR e CSLL a Pagar	74.335	66.784	85.614	67.121

Conforme IN nº 1.700/2017 a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é de 20%. Em julho de 2021, através da Lei nº 14.183/2021, a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro, foi majorada, passando de 20% para 25% durante o período de julho a dezembro de 2021.

a. Ativos Fiscais Diferidos - Créditos Tributários Ativados

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 160.985, relativo às diferenças temporárias de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, Provisão para Outros Créditos e Provisões Judiciais Trabalhistas, ativadas em 2011 a 2021 sendo o total decorrentes da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e a 20% de CSLL até 2021.

Notas Explicativas

O procedimento de baixa dos créditos registrados no Ativo Fiscal Diferido das Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito será realizado com base nas perdas transferidas para Créditos Baixados para Prejuízo, efetivamente deduzidas no cálculo mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.842/2020 e Instrução CVM nº 371/2002. Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação durante o período findo em 30 de setembro de 2021:

Créditos Tributários	31.12.2020	30.09.2021		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária - IRPJ	85.723	36.317	(32.634)	89.406
Diferença Temporária - CSLL	68.633	31.093	(28.147)	71.579
Total	154.356	67.410	(60.781)	160.985

Em 30 de setembro de 2021, o Banco efetuou a ativação do montante de R\$ 160.985 (R\$ 154.356 em 31 de dezembro de 2020) de Ativos Fiscais Diferidos – Diferença Temporária, provenientes de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, Provisão para Outros Créditos e Contingências Judiciais, de acordo com estudo técnico do Crédito Tributário de 31 de dezembro de 2020.

Créditos Tributários	31.12.2020	30.09.2021		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária-Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	116.789	43.143	(35.378)	124.554
Diferença Temporária-Trabalhista	16.994	3.850	(4.855)	15.989
Diferença Temporária-s/Prov. Outros Créditos	13.896	4.385	(15.189)	3.092
Diferença Temporária-s/Prov. Licença Prêmio	6.677	2.305	(1.576)	7.406
Diferença Temporária-s/Prov. Cíveis - IR	-	8.350	(312)	8.038
Diferença Temporária-s/Marcação a Mercado	-	5.377	(3.471)	1.906
Total	154.356	67.410	(60.781)	160.985

Notas Explicativas

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado através de Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

O quadro abaixo apresenta a previsão de realização dos valores de ativos fiscais diferidos ativos provenientes de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, Provisão para Outros Créditos e Contingências Judiciais:

Projeção de realização	2021	2022	2023	2024	2025	2026 a 2030	Total
Crédito Tributário de I.R	11.313	7.498	8.205	9.385	9.569	43.436	89.406
Crédito Tributário de C. Social	11.315	6.003	6.569	7.513	7.660	32.519	71.579
Total dos créditos	22.628	13.501	14.774	16.898	17.229	75.955	160.985
Taxa média de captação a.a. (%)	1,80	3,05	4,47	4,77	4,81	4,89	4,06
Valor presente do crédito tributário	(22.228)	(13.101)	(14.142)	(16.129)	(16.438)	(72.414)	(154.452)

b. Ativos fiscais diferidos não registrados

Os créditos tributários não ativados em 30 de setembro de 2021 totalizavam R\$ 4.196 (R\$ 11.229 em 31 de dezembro de 2020). Em 30 de setembro de 2021, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Contas	31.12.2020	30.09.2021				
	Saldo	Reversão	Constituição	Ativação	Saldo	Ativo Fiscal Diferido
Provisão para Ações Cíveis	15.340	(643)	3.164	(17.861)	-	-
Provisão para Riscos Fiscais	7.363	-	162	-	7.525	3.386
Provisão para Outros Valores e Bens	1.800	(18)	18	-	1.800	810
Total das Adições Temporárias	24.503	(661)	3.344	(17.861)	9.325	4.196

20. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

20.1. Outras receitas/despesas operacionais

Outras receitas operacionais	3º Tri 2021	30.09.2021	3º Tri 2020	30.09.2020
Recuperação de encargos e despesas	259	602	154	588
Reversão da provisão de outros créditos em liquidação	277	3.311	712	2.724
Reversão da provisão férias, 13º salário e lic. prêmio	3.938	9.830	2.167	5.784
Reversão de provisões passivas	6.434	11.252	5.732	15.082
Atualização de valores ativos	962	4.847	1	3
Atualização de depósitos judiciais	1.101	2.822	896	2.786
Variação cambial e diferença de taxas	412	6.341	762	771
Outros	200	620	241	599
Total	13.583	39.625	10.665	28.337

Notas Explicativas

Outras despesas operacionais	3º Tri 2021	30.09.2021	3º Tri 2020	30.09.2020
Serviços associados a transações de pagamento	(705)	(2.048)	(664)	(1.845)
Desc. concedidos em renegociações	(384)	(646)	(29)	(103)
Variação cambial e diferença de taxas	(1.386)	(4.007)	(216)	(350)
Estorno de rendas	(147)	(1.363)	(271)	(271)
Provisões passivas	(3.894)	(11.702)	(7.863)	(15.373)
Provisão de outros créditos em liquidação	(498)	(2.995)	(810)	(3.898)
Ações cíveis	(1.484)	(2.023)	(528)	(747)
FCVS - Ajuste Rap/Refin	-	(335)	(74)	(74)
Outros	(134)	(470)	(156)	(697)
Total	(8.632)	(25.589)	(10.611)	(23.358)

20.2. Outras receitas e despesas

Outras receitas e despesas	3º Tri 2021	30.09.2021	3º Tri 2020	30.09.2020
Insubstituições passivas	1.959	6.307	9	2.800
Superveniências ativas	965	2.630	1.617	3.514
Recuperação de fraudes externas, cartões de crédito e eletrônica e documental	51	106	3	119
Outras Receitas	156	381	76	255
Insubstituições ativas	(390)	(6.734)	(1)	(1.034)
Superveniências passivas	(362)	(4.689)	(5)	(4.082)
Fraudes externas, cartão de crédito, eletrônica e documental	(1.201)	(4.096)	(980)	(3.419)
Outras Despesas	(17)	(35)	(77)	(909)
Total	1.161	(6.130)	642	(2.756)

20.3. Receitas de prestação de serviços

Receita de Prestação de Serviços	3º Tri 2021	30.09.2021	3º Tri 2020	30.09.2020
Rendas por serviços de pagamento	1.647	4.843	1.685	4.762
Rendas de adm. e transferência de fundos e programas	786	2.604	1.799	4.799
Rendas de cobrança	188	502	221	620
Rendas de pacotes de serviços - PF	18.862	55.610	17.427	51.638
Rendas de serviços diferenciados - PF	226	698	201	542
Rendas de serviços especiais - PF	364	1.208	226	374
Rendas de convênios	735	2.146	785	2.248
Rendas de comissão de seguros e outros	3.854	9.726	-	-
Rendas de outros serviços	583	1.028	250	1.038
Total	27.245	78.365	22.594	66.021

Notas Explicativas

20.4. Rendas de tarifas bancárias

Receita de Tarifas Bancárias	3º Tri 2021	30.09.2021	3º Tri 2020	30.09.2020
Fornecimento de 2ª via de cartão	87	217	56	220
Saque de conta dep a vista e poupança	1.024	2.925	960	2.860
Transferência por meio de DOC/TED	1.170	3.443	715	1.942
Concessão de adiantamento e depositante	130	263	57	142
Anuidade cartão de crédito	1.748	4.582	1.251	3.734
Pacote de serviço	2.263	6.590	2.023	5.629
Fornecimento de folha de cheque	55	177	63	193
Operações de crédito	88	243	46	123
Manutenção de conta ativa	172	535	186	596
Convênios	1.964	5.496	3.802	9.431
Comissão e Seguros	-	-	1.419	3.703
Outras Rendas	255	845	1.179	2.907
Total	8.956	25.316	11.757	31.480

20.5. Despesa de pessoal

Despesas de Pessoal	3º Tri 2021	30.09.2021	3º Tri 2020	30.09.2020
Honorários	(709)	(1.962)	(596)	(1.814)
Encargos Sociais	(28.325)	(80.704)	(23.777)	(69.218)
Benefícios	(18.795)	(54.997)	(17.864)	(53.300)
Proventos	(86.855)	(225.840)	(71.816)	(200.240)
Remuneração de Estagiários	(592)	(1.601)	(442)	(1.439)
Treinamento	(546)	(1.373)	(360)	(1.169)
Total	(135.822)	(366.477)	(114.855)	(327.180)

Notas Explicativas

20.6. Outras despesas administrativas

Outras Despesas Administrativas	3º Tri 2021	30.09.2021	3º Tri 2020	30.09.2020
Água e Energia	(3.804)	(9.768)	(3.276)	(8.677)
Aluguéis	(7.786)	(23.827)	(5.509)	(16.286)
Comunicações	(10.491)	(32.230)	(7.764)	(25.648)
Contribuições Filantrópicas	(154)	(395)	(149)	(370)
Manutenção e Conservação de Bens	(5.764)	(17.457)	(6.082)	(14.831)
Material	(857)	(2.832)	(700)	(2.134)
Processamento de Dados	(34.202)	(88.980)	(24.422)	(61.350)
Promoções e Relações Públicas	(4.481)	(7.794)	(307)	(8.863)
Propaganda e Publicidade	(2.720)	(13.616)	(832)	(2.601)
Publicação	(21)	(94)	(20)	(1.257)
Seguro	(150)	(456)	(181)	(544)
Serviços do Sistema Financeiro	(10.456)	(29.669)	(11.233)	(30.905)
Serviços de Terceiros	(3.138)	(12.078)	(3.277)	(8.575)
Serviços de Vigilância	(14.711)	(43.699)	(12.837)	(38.195)
Serviços Técnicos Especializados	(1.076)	(2.659)	(1.120)	(3.055)
Transportes	(7.332)	(21.559)	(7.305)	(22.825)
Viagens	(91)	(175)	(72)	(82)
Multas Aplicadas	(43)	(47)	-	-
Outras Despesas Administrativas	(1.550)	(5.056)	(1.418)	(4.572)
Amortização	(7.489)	(23.162)	(6.173)	(16.385)
Depreciação	(2.927)	(9.036)	(3.115)	(9.904)
Total	(119.243)	(344.589)	(95.792)	(277.059)

20.7. Despesas tributárias

Despesas Tributárias	3º Tri 2021	30.09.2021	3º Tri 2020	30.09.2020
Outras Despesas Tributárias	(161)	(1.311)	(156)	(1.178)
Imposto s/ Serviço de Qualquer Natureza - ISS	(1.816)	(5.188)	(1.716)	(4.873)
Contribuição ao COFINS	(16.352)	(47.933)	(15.143)	(43.812)
Contribuição ao PIS/PASEP	(2.658)	(7.789)	(2.462)	(7.120)
Total	(20.987)	(62.221)	(19.477)	(56.983)

21. Demonstrativo de Análise de Sensibilidade

Em atendimento à Resolução BCB nº 02/2020, o Banpará realizou análise de sensibilidade sobre as incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

A Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de redução nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se o CDI acumulado de 2,51% e o IPCA de 6,90% acumulado ao ano. Segue abaixo os efeitos esperados:

Notas Explicativas

Operação - CDI	Base 30.09.2021	Cenário Provável (2,51%)	Cenário Possível - Estresse 25% (3,14%)	Cenário Remoto - Estresse 50% (3,77%)
Disponibilidades	215.563	5.411	6.769	8.127
Aplicações Interfinanceira de Liquidez	2.955.010	74.171	92.787	111.404
Títulos e Valores mobiliários	1.006.958	25.275	31.618	37.962
Depósitos	11.064.517	277.719	347.426	417.132
Operação - IPCA	Base 30.09.2021	Cenário Provável (6,90%)	Cenário Possível - Estresse 25% (8,63%)	Cenário Remoto - Estresse 50% (10,35%)
Provisão para Contingências	61.019	2.093	5.266	6.315

Para Provisão para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a análise de sensibilidade busca medir o efeito do aumento da provisão para fazer face as perdas em função do incremento percentual de 150% dos ativos problemáticos. No incremento, a despesa de provisão estimada é de R\$ 47.533 e o resultado do banco sofrerá impactos decorrentes desse aumento, conforme demonstrativo a seguir.

Cenário Atual	Saldo	Ativo Problemático	Provisão
AA	4.655.163	-	-
A	2.910.823	-	-
B	109.287	-	-
C	77.067	-	-
D	64.788	-	-
E	17.715	6.289	1.886
F	20.227	6.670	3.335
G	49.048	39.728	27.810
H	101.724	67.812	67.812
Total	8.005.842	120.499	100.843

Aumento 150% Ativo Problemático	18.748
--	---------------

Cenário Estresse	Saldo	Ativo Problemático	Complemento De Provisão
E	9.433	2.830	943
F	10.004	5.002	1.667
G	59.593	41.715	13.905
H	101.718	101.717	33.906
Total Ativo Problemático	180.748	151.264	50.421

Notas Explicativas

22. Resultados Não Recorrente

Segundo a Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão ou estão incidentalmente relacionados com as atividades típicas da instituição e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Segue os principais eventos não recorrentes que impactaram o lucro líquido referente a 30 de setembro de 2021 e 2020.

	01.01 até 30.09.2021	01.01 até 30.09.2020
Lucro Líquido Recorrente	192.124	178.559
Eventos Não Recorrente	-	(4.738)
Abono Único - Convenção Coletiva (a)	-	(4.738)
Lucro Líquido Contábil	192.124	183.297

(a) Refere-se ao pagamento, em parcela única, realizado em setembro de 2020, do abono salarial aprovado em convenção coletiva.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.

Tv. Dom Romualdo de Seixas, 1.476, salas 1.505 e 1.506 Ed. Evolution - Bairro Umarizal

66055-200 - Belém/PA - Brasil

Caixa Postal 81 - CEP 66017-970 - Belém/PA - Brasil Telefone +55 (91) 3321-0150

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao

Conselho de Administração, Acionistas e Administração do Banco do Estado do Pará S.A.

Belém - PA

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias do Banco do Estado do Pará S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021 que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais – ITR do Banco, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belém, 05 de novembro de 2021

KPMG Auditores Independentes CRC PA-000742/F

Anderson Luiz de Menezes

Contador CRC MG-070240/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S.A. - Banpará, no uso de suas atribuições, que lhes são conferidas pelo artigo nº 163 da Lei nº 6.404/76, tendo examinado as Demonstrações Contábeis do período findo em 30 de setembro de 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração, constataram que o critério das normas contábeis observado na elaboração das citadas demonstrações, confirma a posição financeira e o resultado das operações do Banco e que as mesmas refletem, com clareza, as atividades desenvolvidas pela Instituição no período. Deste modo, se manifestam favoráveis à sua aprovação.

Belém (PA), 11 de Novembro de 2021.

Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

O Comitê não teve conhecimento de ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de norma, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por suas relevâncias, não garantissem a fidedignidade de suas demonstrações contábeis, bem como não se verificou fato ou evidências relevantes que pudessem comprometer a efetividade ou a independência das Auditorias Interna e Independente.

Somando-se fatos importantes, tais como: as reuniões periódicas com a Diretoria, Contabilidade, Controles internos e compliance, Auditoria Interna, com a Auditoria Independente e demais áreas do Banpará, possibilitam ao Comitê de Auditoria Estatutário concluir que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes e encontra-se adequadas.

Nesse sentido, com base nas atividades desenvolvidas e informações recebidas, diante do que foi exposto, e respeitando as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria entende que as demonstrações contábeis de 30 de setembro de 2021 do Banco do Estado do Pará foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração do Banpará.

Belém (PA), 03 de Novembro de 2021.

TEREZA DELTA DOS SANTOS SERRÃO DE CASTRO

Coordenadora do Comitê de Auditoria e membro do Conselho de Administração

ANTÔNIO EDSON MACIEL DOS SANTOS

Membro do Comitê de Auditoria

SÉRGIO ROBERTO RIBEIRO MACIEL

Membro do Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Contábeis do período findo em 30 de setembro de 2021 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Belém (PA), 05 de Novembro de 2021.

Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva
Diretor Presidente

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo
Diretora

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho
Diretor

Jorge Wilson Campos e Silva Antunes
Diretor

Ruth Pimentel Mello
Diretora

Bruno Bitar Morhy
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao período findo em 30 de setembro de 2021 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, não havendo qualquer discordância.

Belém (PA), 05 de Novembro de 2021.

Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva
Diretor Presidente

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo
Diretora

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho
Diretor

Jorge Wilson Campos e Silva Antunes
Diretor

Ruth Pimentel Mello
Diretora

Bruno Bitar Morhy
Diretor